

CIBEC/INEP



B0008059

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria da Educação Superior

SESu
Relatório Anual

8 (047)
23s

1986

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PAULO ELPIDIO DE MENEZES NETO
Secretário

DERBLAY GALVÃO
Subsecretário de Desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior

LUIS OTÁVIO DE SOUZA CARMO
Subsecretário de Desenvolvimento da Educação Superior

RUY CARLOS DE CAMARGO VIEIRA
Subsecretário de Política da Educação Superior

Colaboração:
GERALDO MOISÉS MARTINS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria da Educação Superior

SESu
Relatório Anual

1986

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria da Educação Superior
1986

Presidente da República Federativa do Brasil
JOSÉ SARNEY

Ministro da Educação
JORGE BORNHAUSEN

Secretário-Geral
ALOISIO SOTERO

Secretário da Educação Superior **PAULO**
ELPIDIO DE MENEZES NETO

APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta uma visão geral da atuação da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação durante o ano de 1986.

O documento pretende cumprir dois objetivos principais. O primeiro, naturalmente, é o de prestar contas, nos termos da lei, à direção superior do MEC e ao público brasileiro das atividades desenvolvidas pela Secretaria.

O segundo é o de reforçar os canais de comunicação com a comunidade universitária e educacional, propiciando-lhe subsídios necessários à reflexão, compreensão e participação ativa no processo educativo nacional.

Nesta perspectiva, o relatório ultrapassa a descrição factual e burocrática das atividades desenvolvidas, buscando incluir considerações sobre: os principais problemas que afetam a educação do terceiro grau; as diretrizes assumidas pela SESu; os resultados alcançados e as perspectivas que se lhe apresentam. O fato de não conceder um tratamento circunstanciado dos diversos programas do órgão não o exime de prestar as informações pertinentes, dentro da forma transparente que preside sua atuação. As coordenações e unidades setoriais da Secretaria estão permanentemente abertas aos administradores e professores universitários.

A parte inicial do relatório é dedicada a uma resenha das diretrizes específicas que fundamentaram as ações da Secretaria, enquanto a segunda parte busca apresentar, de modo sintético, um balanço da gestão, a partir do desempenho dos seus principais setores e programas.

Desnecessário se faz salientar que as realizações registradas somente foram possíveis com a participação, o trabalho e dedicação do quadro de pessoal da Secretaria cujo mérito é ainda maior em vista das restrições que atingiram a remuneração do servidor público no período.

A todos eles e também aos dirigentes do MEC, aos senhores reitores, professores universitários, consultores e administradores e técnicos de outros órgãos públicos que atuaram conjuntamente com a SESu, o nosso agradecimento sincero.

Paulo Elpídio de Menezes Neto
Secretário da Educação Superior

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

I - DIRETRIZES E FUNDAMENTOS DE ATUAÇÃO

Reformulação da educação superior	09
Manutenção do sistema e equacionamento dos problemas conjunturais	11
Orientações internas	12

II - PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

A experiência de um novo programa.....	17
A avaliação como instrumento de mudança.....	27
Apoio ao desenvolvimento educacional.....	37
Apoio à educação universitária para o desenvolvimento social e cultural	43
Apoio à educação universitária na área de saúde.....	49
Apoio à educação universitária na área tecnológica	59
Apoio às bibliotecas universitárias	65
Apoio à administração das instituições federais da educação superior	71
Programação e alocação de recursos orçamentários	81
As comissões de especialistas.....	89

I - DIRETRIZES E FUNDAMENTOS DE ATUAÇÃO

DIRETRIZES E FUNDAMENTOS DE ATUAÇÃO

O atual Governo, no bojo das propostas de uma Nova República, assumiu o compromisso de restituir à Universidade Pública suas condições de pleno funcionamento para que ela possa cumprir com autonomia, liberdade de trabalho, competência e qualidade, sua missão científica e pedagógica.

Este compromisso impõe medidas de adequação da educação superior à nova realidade do País e de torná-la mais eficiente para responder as novas demandas da sociedade e do desenvolvimento, particularmente em termos da qualificação e capacitação científica e tecnológica deste desenvolvimento. Esta adequação passa pela solução dos problemas de manutenção e principalmente de revisão dos métodos, dos conteúdos e da organização do trabalho acadêmico. Requer-se a desobstrução de amarras legais e normativas, visando, sobretudo, a viabilizar a autonomia universitária e a estabilidade dos bons programas e proporcionar flexibilidade e condições para que as Universidades mesmas operem as mudanças, dentro dos padrões de qualidade e responsabilidade pública

Neste contexto, as diretrizes que fundamentaram a atuação da SESu podem ser visualizadas sob três principais perspectivas: a) aquelas voltadas à promoção de mudanças estruturais necessárias à reformulação do sistema universitário; b) aquelas dirigidas para a solução de problemas conjunturais que revelam pontos críticos e de maior carência e; c) aquelas circunscritas ao âmbito interno da Secretaria enquanto órgão da administração superior do MEC.

1 - REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Presidente José Sarney instituiu, quatorze dias depois da sua posse, uma Comissão Nacional para reformulação da Educação Superior, integrada por representantes dos principais segmentos da sociedade brasileira, incumbida de oferecer o referencial para as principais mudanças do sistema universitário.

As propostas e sugestões apresentadas pela Comissão Nacional foram corporificadas no Relatório denominado "Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira" e, a partir de novembro de 1985 submetidas à reflexão e análise da comunidade acadêmica, enquanto segmento diretamente envolvido e principal agente de reconstrução da universidade. O Ministério da Educação convocou as instituições universitárias, sociedades científicas, associações profissionais e entidades representativas de docentes, servidores e estudantes para apresentarem subsídios à formulação de um projeto governamental de reforma da educação superior.

Para colher as contribuições e consolidar este projeto, particularmente quanto às mudanças de ordem jurídico-legal, foi criado o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior — GERES. Este, após desenvolver seus trabalhos, apresentou um Anteprojeto

que dispõe sobre a natureza jurídica, a organização e o funcionamento das instituições federais de educação superior. Esta proposta, entretanto, como é de conhecimento público, esbarrou objeções políticas, acadêmicas e administrativas de setores ligados às associações de docentes e de servidores técnico-administrativos.

O MEC, porém, jamais assumiu uma posição intransigente. Na verdade, a proposta contempla definições e mudanças substantivas. Ela encerra opções. Principalmente opção pela qualidade, pela relevância, pelo pluralismo, pela autonomia conseqüente, pela avaliação do trabalho acadêmico, pela liberdade acadêmica, pela administração participativa mas subordinada aos critérios constitutivos da universidade.

O importante a destacar é que todo este processo ganhou dimensões e vem provocando um debate em profundidade sobre a Educação Superior no Brasil. As manifestações e documentos com apreciação crítica e sugestões de aperfeiçoamento do Anteprojeto testemunham de maneira eloqüente que este debate pode ser desenvolvido de modo franco e livre de maniqueísmos. E do enfrentamento, livre e responsável, das divergências que o homem encontra soluções e constrói a vida cívica, dentro do verdadeiro espírito democrático.

Especificamente para a atuação da SESu, que durante o ano de 86, participou intensamente deste processo, seja subsidiando a formulação de propostas, seja constituindo-se no canal institucional de comunicação e de ressonância das pressões e controvérsias, as seguintes diretrizes estiveram presentes:

— Revisão da concepção da educação universitária, buscando ultrapassar a função predominante de formação de mão-de-obra e consolidar sua missão principal de elaboração e transmissão do conhecimento. A credibilidade da universidade depende de sua afirmação como centro de reflexão e produção do conhecimento. Sua legitimidade e significação, por sua vez, depende de sua capacidade de refletir criticamente a realidade e de instrumentar científica e tecnologicamente a solução de problemas da sociedade.

— Definição da autonomia universitária e democratização das estruturas e funções da educação superior. É fundamental tornar mais clara a relação Universidade/Governo. A autonomia universitária deverá estar assentada na competência e nos padrões de qualidade e desempenho acadêmico. O exercício da autonomia universitária envolve, ainda, a definição do que deve ser a articulação Universidade/Sociedade para a realização democrática de suas funções. A universidade está situada entre demandas sociais interpretadas e redefinidas pelo Estado e os requerimentos específicos da missão de produzir e difundir o conhecimento. A democratização, que se busca, não implica nem é compatível com o aviltamento intelectual dos critérios de produção científica e de ensino/aprendizagem.

— Aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento e de avaliação do desempenho das universidades. A alocação de recursos às Instituições de Educação Superior, em quantitativos reais e sob a forma de dotação global, está associada à adoção de mecanismos democráticos de controle social e de aferição dos resultados de sua programação, tanto no

plano financeiro como no plano acadêmico e pedagógico. Por sua vez, as atividades de coordenação e supervisão ministerial deverão propiciar formas participativas, bem como eliminar as práticas cartoriais e burocráticas de controle.

— O fortalecimento da pesquisa universitária e da pós-graduação que assumem papel estratégico para a viabilização de competência nacional, tanto no que se refere ao domínio do conhecimento como à instrumentação científica e tecnológica do desenvolvimento soberano e democrático da sociedade brasileira.

— O ajustamento do ensino de graduação adquire caráter prioritário no processo de reestruturação da educação superior. Trata-se de assegurar o crescimento qualitativo e quantitativo do ensino de graduação, assegurando-se sua relevância acadêmica e social, bem como sua equânime distribuição. Numa sociedade democrática, a educação superior não pode continuar sendo um simples instrumento de estratificação social e de manutenção de privilégios e interesses corporativos. Será fundamental eliminar a predominância dos aspectos formais e credencialistas que, por sobrepujarem os elementos essenciais de formação humana, científica e profissional, transformam a educação superior em fator de desigualdade e de conservadorismo.

2 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA E EQUACIONAMENTO DOS PROBLEMAS CONJUNTURAIS

A partir do final da década de 70 e principalmente durante os primeiros anos de 80 avolumaram-se, com fundamentadas razões, os reclamos pertinentes a muitos problemas resultantes de um quadro constrangedor de carências e limitações que fizeram da Educação Superior, em particular das instituições federais, vítimas de indigência dos meios adequados e do apoio imprescindível à sua manutenção e desenvolvimento. A degradação dos orçamentos universitários, as perdas salariais progressivas a corrosão inflacionária e as políticas recessionistas impuseram grandes prejuízos e propiciaram a desarticulação dos programas universitários.

Era necessário que a SESu, como instância de coordenação e de manutenção do sistema da educação superior, adotasse uma linha de trabalho adequada para enfrentar esta complexidade de carências.

Assim, em complemento à estratégia de reforço aos recursos orçamentários, formulou-se, no final de 85, um "Programa de Apoio à Educação Superior" aprovado pelo governo sob a denominação de "Programa Nova Universidade". Sua principal justificativa foi de apoiar ações voltadas para pontos críticos de maior carência do sistema da educação superior.

Um dos problemas mais graves do ensino superior, por exemplo, diz respeito à queda da qualidade do ensino de graduação. Indubitavelmente, o estado de qualidade do processo ensino aprendizagem apresenta-se difícil e complexo. Os dados existentes não permitem fazer uma avaliação em profundidade dos conteúdos ministrados atualmente pelas instituições universitárias; da contribuição do ensino superior à criação do saber, ao desenvolvimento cultural

e de sua adequação às necessidades econômicas e sociais do país. Todavia o reconhecimento público da decadência qualitativa do ensino de graduação impunha elegê-lo como linha prioritária do programa.

Outro ponto crítico visualizado pelo Programa Nova Universidade foi a relação entre a instituição de ensino superior e o meio social. Insiste-se em sua frágil vinculação com a sociedade, no descompasso do ensino com a realidade cultural, social e econômica da região; no desajustamento dos profissionais formados; na inadequação e na inexistência de programas de extensão cultural e da promoção das ações comunitárias. Neste sentido, o estabelecimento de mecanismos que estimulassem a interação das IES com a comunidade foi outra linha contemplada pelo Programa.

Finalmente, com sentido instrumental e balizador das políticas de revitalização da educação superior, incluiu-se a promoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação do sistema universitário, priorizando-se a avaliação da qualidade do ensino.

Além do Programa Nova Universidade, outras diretrizes importantes também orientaram a atuação da Secretaria no desempenho de suas funções de apoio e manutenção. Merece destaque a valorização dos docentes do ensino superior pela busca de melhorias dos padrões de remuneração e medidas para o alcance de isonomia salarial. Sobretudo, a partir dos anos 80, agravava-se a diferenciação salarial de docentes e servidores técnico-administrativos entre as instituições fundacionais e autárquicas, bem como entre as próprias instituições fundacionais. Com o objetivo de concretizar medidas corretivas destas distorções, a SESu buscou articular as universidades fundacionais para aprovação junto ao Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais (CISSET) dos planos de cargo e salários de dezessete universidades, abrangendo cerca de trinta e três mil funcionários.

3 - ORIENTAÇÕES INTERNAS

Tendo-se em vista as diretrizes e prioridades mencionadas, a atual gestão da SESu não poderia deixar de preocupar-se com a instrumentação e capacitação da Secretaria para desempenhar, efetivamente, seu papel de coordenação da política da educação superior.

Com as sucessivas crises do sistema universitário e a progressiva redução de recursos, a SESu passou a conviver com crescente esvaziamento de suas funções, dismantelamento das equipes e grupos setoriais, perda de informações essenciais, desestruturação de processos de planejamento e de acompanhamento. Os problemas imediatos situados na esfera dos "meios" deslocaram ou colocaram em plano secundário as preocupações com as questões substantivas e de médio e longo prazos da educação superior.

Concluiu-se que a Secretaria da Educação superior defrontava-se com um panorama universitário diferente daquele vivenciado pelas administrações precedentes: Anteriormente, a questão central estava na instalação do sistema. Agora, a problemática envolve tanto a manuten-

ção como a expansão deste sistema que se tornou mais complexo e com inúmeras deficiências e deformações. Mais do que isto, um sistema sujeito a pressões e conflitos que devem ser bem administrados. Um sistema que reconhecidamente reclama revisão de sua estrutura, de suas funções, do seu conteúdo e de sua oferta para que possa atender aos requerimentos de uma sociedade em mudança.

Diante deste quadro, considerou-se importante credenciar a SESu para as novas exigências que se lhe apresentam. Trata-se de superar a defasagem de sua organização interna, de duas funções e atribuições. Como estratégia imediata, uma vez que as mudanças organizacionais serão conduzidas no bojo da reforma do sistema de Administração Federal, optou-se pelo fortalecimento e capacitação da SESu, em termos de recursos humanos e operacionais capazes de responder, com competência, a três tarefas essenciais.

. De conhecimento do sistema de educação superior

Dotar a SESu da capacidade de análise e de produção do conhecimento da realidade universitária. Análises conjunturais e institucionais são imprescindíveis para que a ação de coordenação possa ser empreendida. Estudos de caráter prospectivo são necessários para o planejamento e produção de propostas sólidas que ultrapassem as demandas administrativas e pressões imediatas. Este conhecimento é fundamental para que a Secretaria, como instrumento da ação ministerial, adquira eficiência e credibilidade. Uma condição necessária para este conhecimento é a disponibilidade de INFORMAÇÕES por meio de um sistema dotado de eficiência, precisão e rapidez. Mas não bastam os dados. E preciso que sejam trabalhados analiticamente para viabilizar as demais tarefas de avaliação, planejamento e de alocação de recursos.

. De acompanhamento e avaliação

Os procedimentos de avaliação e acompanhamento da educação no Brasil ainda são marcados pela insuficiência, pela descontinuidade e pela falta de sistematização. A adoção de processos avaliativos, baseados em metodologia confiável, em critérios transparentes, é requisito indispensável para melhoria da qualidade do ensino. O entendimento básico da SESu é de que não lhe compete controlar o processo, mas cumprir-lhe conhecer e avaliar os resultados obtidos.

Especificamente à qualificação da prática educacional, é urgente instituir um processo permanente de avaliação dos cursos de graduação, compreendendo tanto a avaliação externa, de responsabilidade imediata da SESu, como o apoio e incentivo às iniciativas de auto-avaliação por parte da IES. Por sua vez, a avaliação do desempenho institucional, concomitantemente empreendida, associa-se às ações de supervisão ministerial.

. De articulação do processo de programação e orçamentação da educação superior

A SESu precisa credenciar-se para atuar num trabalho harmônico com a Secretaria-Geral, como instância de articulação e consolidação do orçamento das IES federais, mediante

adoção de modelo criterioso de alocação de recursos e desenvolvimento sistemático de análises de custo.

Evidentemente, a instituição destes procedimentos está estreitamente vinculada às tarefas precedentes de "conhecimento" e "avaliação" do sistema.

No que se refere à alocação de recursos, pelo menos duas linhas de ação assumem grande importância:

a) aprimoramento de critérios e consolidação de um modelo transparente e co-participativo, aplicável às IES federais;

b) identificação de mecanismos de financiamento que assegurem a estabilidade e o aprimoramento das demais instituições universitárias, públicas ou de interesse público, destacando-se as universidades comunitárias e as universidades estaduais.

Quanto à tarefa de planejamento, duas orientações práticas são pertinentes: aí o planejamento voltado para o ajustamento do sistema às necessidades de uma sociedade em desenvolvimento e em transformação (problema de expansão e de demandas específicas, de caráter social, setorial, regional, de formação profissional, geral ou essencialmente acadêmica);

b) o planejamento necessário à manutenção e qualificação do sistema.

II - PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

- 1. A experiência de um novo programa*
- 2. Avaliação como instrumento de mudança*
- 3. Apoio ao desenvolvimento educacional*
- 4. Apoio à educação universitária para o desenvolvimento social e cultural*
- 5. Apoio à educação universitária na área de saúde*
- 6. Apoio à educação universitária na área tecnológica*
- 7. Apoio às bibliotecas universitárias*
- 8. Apoio à administração das instituições federais de educação superior*
- 9. Programação e alocação de recursos orçamentários*
- 10. As comissões de especialistas*

I - "A EXPERIÊNCIA DE UM NOVO PROGRAMA

Ao ser lançado, em dezembro de 1985, o Programa Nova Universidade/PNU pretendia responder à necessidade de consolidação, integração e articulação das ações referentes à educação superior, traduzindo a vontade política do Governo de revitalizar a universidade, pela adoção de mecanismos ágeis de apoio a seus programas de ação. Tal objetivo, para ser factível, exigia a compatibilização dos diversos programas e projetos existentes na SESu, tradicionalmente implementados sem outra forma de articulação que não a de recursos financeiros.

Desse modo, o PNU deveria corresponder à transição de uma SESu caracterizada por ações pouco articuladas entre si para uma nova realidade assinalada por transformações substanciais em duas vertentes: internamente, o trabalho coordenado dos diversos setores da Secretaria e, externamente, o atendimento às aspirações das IES no sentido de proceder à formulação e o encaminhamento de projetos que reflitam, em última instância, a busca da própria identidade institucional.

1.1. - "OBJETIVOS DO PROGRAMA NOVA UNIVERSIDADE"

Tendo como principal marco de referência a situação do ensino de graduação, o Programa foi definido em função de três principais objetivos.

- . ARTICULAR E APOIAR AÇÕES QUE CONCORRAM PARA A PROGRESSIVA ELEVAÇÃO DOS PADRÕES DE QUALIDADE DO ENSINO DE GRADUAÇÃO OFERECIDO PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, UNIVERSITÁRIAS E ISOLADAS.*
- . ESTIMULAR ESFORÇOS CONSISTENTES DE ORGANIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS IES PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES EMERGENTES DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS SEUS VÁRIOS SEGMENTOS SETORIAIS, GRUPOS SOCIAIS E CONFIGURAÇÕES REGIONAIS.*
- . PROMOVER E APERFEIÇOAR MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E A VALIAÇÃO DOS PADRÕES DE DESEMPENHO DAS IES.*

Para alcance destes objetivos, foram definidos quatro linhas prioritárias, sem prejuízo da incorporação de outras, a partir de diretrizes apontadas no processo de reformulação da educação superior brasileira:

A -APRIMORAMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Considerando que a manutenção do ensino de baixa qualidade contraria qualquer prática pedagógica, destacou-se a preocupação do Governo e de setores da sociedade brasileira com relação à questão da qualidade do Ensino Superior.

Sabe-se que a elevação de padrões de qualidade não será obtida por normas, regulamentos e instrumentos burocráticos de inspeção. A qualidade está associada a um conjunto de condições que interferem no processo educativo. Daí ser esta a linha central do Programa. O equacionamento da questão da qualidade não se restringe ao aprimoramento de métodos ou à revisão curricular, mas estas e outras iniciativas congêneres deverão ser fomentadas.

Sugeriu-se, igualmente, uma avaliação criteriosa do ensino de graduação oferecido como condição prévia para medidas de qualificação, estabelecimento de critérios e alocação de recursos ou mesmo de política de expansão.

Nesta linha, foram sugeridos os seguintes campos para desenvolvimento de projetos pelas IES.

- . Editoração*
- . Desenvolvimento do ensino superior*
- . Instrumentação do ensino*
- . Bibliotecas*
- . Uso de computadores em ensino*
- . Intercâmbio acadêmico*
- . Projetos Setoriais/nível de curso ou de área de conhecimento*
- . Avaliação da qualidade do ensino*
- . Avaliação de qualidade de sistemas de ensino*

B - RELACIONAMENTO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE

Tendo-se em vista que a prioridade reclamada pelo humano deve levar as IES a se organizarem, a partir das exigências do meio Sócio-Cultural no qual estão inseridas, o Programa propôs-se a apoiar projetos que concorram para o efetivo comprometimento das IES com seu meio.

A regionalização foi considerada importante ponto de sinalização, pois o esforço de ensino e de pesquisa, que não esteja ajustado às especificidades regionais, torna-se impositivo e eneficaz para superação de problemas e realização de aspirações geográfica e culturalmente identificadas.

Neste sentido recomendou-se:

— ampliar e fortalecer a participação da universidade na formulação e implementação de política de alcance regional, em articulação com as respectivas agências de desenvolvimento;

— fortalecer a interação das IES com as demandas dos setores produtivos e da Administração Pública em seus diferentes níveis. Neste aspecto, salientou-se que as questões relativas à integração entre a universidade e a empresa nacional, entre o conhecimento técnico e o capital, entre a formação profissional e o mercado de trabalho, deveriam ser enfrentadas com coragem e de maneira compatível com a opção da sociedade brasileira pela economia de livre iniciativa.

Foram sugeridas ações nos seguintes campos:

- . Estágio curricular
- . Programas de alcance regional (MEC/MINTER)
- . Produção, preservação e difusão cultural
- . Desenvolvimento comunitário: educação, saúde, nutrição, infra-estrutura urbana
- . Educação política
- . Atividades em campus avançado
- . Atividades em campus aproximado

C - COMPROMETIMENTO COM O DESAFIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Salientando que nenhum empreendimento de renovação da educação superior poderá estar dissociado da proposta prioritária do Governo para a superação dos problemas da educação básica nacional, a integração da educação superior com a educação de 1º e 2º graus foi também considerada como uma linha prioritária do Programa, com destaque para os seguintes pontos:

- . Melhoria do ensino nas séries iniciais, enfatizando o processo de alfabetização .
Melhoria do ensino nas áreas de Ciências, Matemática, Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Artes . Desenvolvimento e aperfeiçoamento curricular, com ênfase no processo de avaliação Proposição de alternativas educacionais para as populações compreendidas na faixa de escolaridade obrigatória, porém não atendidas pelo sistema de ensino regular de 1º grau
- . Melhoria do ensino dos cursos de formação de recursos humanos para o 1º grau (Escola Normal)

D - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A inclusão desta linha apoiou-se nos seguintes pressupostos:

- que o acompanhamento das IES, sem prejuízo da liberdade de iniciativa e do

exercício da autonomia, é tarefa da qual o Estado, como guardião do interesse público, não se pode esquivar;

— que a implementação das políticas de educação superior não poderá prescindir de instrumentos de acompanhamento e avaliação que assegurem sua revisão e contínuo aperfeiçoamento;

— que a promoção de mecanismos de avaliação e acompanhamento, fundados em critérios públicos e com a participação das próprias IES, contribuirá para a conquista de maior significação e credibilidade das mesmas junto à população e à sociedade.

Com este enfoque o Programa estendeu seu apoio a projetos e atividades nas áreas de acompanhamento, de avaliação e de cooperação técnica, envolvendo mais especificamente:

- . Desempenho gerencial*
- . Administração universitária*
- . Cooperação técnica interuniversitária*
- . Cooperação técnica internacional*
- . Avaliação de custo/aluno, custo/pesquisa, etc.*
- . Financiamento de educação superior*
- . Modelos de alocação de recursos*
- . Desempenho gerencial de hospitais universitários*
- . Avaliação do desempenho orçamentário.*

1.2 - OPERACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

O programa foi implementado a partir de um conjunto de medidas administrativas concretizadas em convênios assinados no início do mês de fevereiro de 1986. Tais convênios

PROJETO	INDICADOR	METAS			RECURSOS (Cz\$)**	
		PREVISTA	ATINGIDAS	DIF.	PREVISTOS	ALOCADOS
Bíbli	IES	200	140	-60	95.000.000	95.441.110
Micros	IES	100	113	+13	60.000.000	61.539.844
Oficina/Fomento	IES	50	102	+52	95.000.000	78.697.591
Proed	IES	25	51	+26	25.000.000	24.099.151
Proac	IES	50	36	-14	15.000.000	8.043.509
Pades	IES	50	47	-3	8.000.000	9.565.000
Proenge	Cur.	50	61	+11	30.000.000	30.854.995
Pronagri	Cursos	50	37	-13	35.000.000	33.137.830
Projetos Setoriais	Cursos	200	187	-13	120.000.000	111.504.696
Avaliação Qual. Ensino	Projeto	30	30	-	5.000.000	2.832.917
Integ. Univ. Comunidade	IES	100	81	-19	15.000.000	18.051.749
Integ. Univ. Ens. 1º Grau	IES	100	81	-19	15.000.000	16.747.795
Desempenho Gerencial	Projeto	30	29	-1	8.000.000	7.157.762
Prograd	IES	70	70	-	76.500.000	76.500.000
Outros Projetos SESu	IES	-	31	-	97.500.000	48.260.725
TOTAL GERAL						632.334.614

*Clientela prevista: todo o conjunto de instituições de ensino superior.

** No PAPP, foram aplicados Cz\$ 40.000.000,00 do PNU. Trata-se de programa conjunto (SESu/FINEP/CNPq) cuja meta é garantir um mínimo de manutenção de 5000 títulos de periódicos estrangeiros. Estes recursos estão incluídos no total previsto para outros Projetos SESu.

Não estão incluídos os recursos correspondentes ao financiamento direto do FNDE a projetos da Área 3 (Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau).

CLIENTELA ATENDIDA - DE ACORDO COM A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E VOLUME
DE RECURSOS ALOCADOS POR ESTADO E POR REGIÃO

ESTADO	REGIÃO	IES FEDERAIS			IES ESTADUAIS			IES MUNICIPAIS			IES PARTICULARES			T O T A L		
		Nº DE IES	RECURSOS ALOCADOS	Nº DE IES	RECURSOS ALOCADOS	Nº DE IES	RECURSOS ALOCADOS	Nº DE IES	RECURSOS ALOCADOS	Nº DE IES	RECURSOS ALOCADOS	Nº DE IES	RECURSOS ALOCADOS	Nº DE IES	RECURSOS ALOCADOS	RECURSOS ALOCADOS
RONDÔNIA		1	2.616.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2.616.400	
ACRE		1	3.588.597	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3.588.597	
AMAZONAS		1	9.166.765	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9.166.765	
PARÁ		2	22.200.064	2	573.000	-	-	-	-	-	-	-	-	4	22.833.064	
REGIÃO NORTE		5	37.631.826	2	573.000	-	-	-	-	-	-	-	-	7	38.204.826	
MAHANHÃO		1	7.424.571	1	1.035.890	-	-	-	-	-	-	-	-	2	8.460.461	
PIAUI		1	9.659.156	1	150.000	-	-	-	-	-	-	-	-	2	9.809.156	
CEARÁ		1	14.010.227	1	1.919.975	-	-	-	-	-	-	-	-	2	15.930.202	
R. G. DO NORTE		2	13.933.960	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	15.452.060	
PARAIBA		1	27.571.155	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	29.131.758	
PERNAMBUCO		2	26.044.773	1	1.540.000	-	-	-	-	-	-	-	-	4	29.938.838	
ALAGOAS		1	7.004.034	2	1.656.419	-	-	-	-	-	-	-	-	4	8.760.684	
SERGIPE		1	6.639.339	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	6.639.339	
BAHIA		2	21.473.663	2	2.247.900	-	-	-	-	-	-	-	-	5	25.550.595	
REGIÃO NORDESTE		11	133.860.680	8	8.550.184	3	2.395.304	5	6.924.590	5	6.924.590	27	151.731.058			
DISTRITO FEDERAL		1	18.192.518	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	18.517.392	
GOIÁS		1	10.886.129	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	14.073.796	
MATO GROSSO		1	10.406.140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10.406.120	
MATO GROSSO DO SUL		1	4.844.960	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	4.940.180	
REGIÃO CENTRO-OESTE		4	44.329.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	47.937.488	
ESPIRITO SANTO		1	9.053.515	1	184.331	-	-	-	-	-	-	-	-	3	10.325.846	
MINAS GERAIS		11	68.594.223	2	1.810.000	-	-	-	-	-	-	-	-	21	76.674.328	
RIO DE JANEIRO		5	66.325.216	1	1.173.606	-	-	-	-	-	-	-	-	23	79.064.731	
SÃO PAULO		3	13.440.030	3	12.968.969	-	-	-	-	-	-	-	-	29	46.741.850	
REGIÃO SUDESTE		20	157.412.084	7	16.136.906	2	1.095.790	47	38.161.075	47	38.161.075	76	212.806.755			
PARANÁ		2	20.751.820	3	7.494.444	2	402.600	2	5.421.304	2	5.421.304	9	34.070.168			
SANTA CATARINA		1	25.742.641	3	3.432.961	4	4.382.102	2	325.970	2	325.970	10	33.893.674			
R. G. DO SUL		6	65.360.152	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	83.503.125	
REGIÃO SUL		9	111.854.913	8	10.927.405	6	4.754.702	23	23.890.247	23	23.890.247	44	151.466.967			
T O T A L		49	485.090.050	23	36.187.495	11	8.285.796	81	72.583.753	81	72.583.753	164	602.147.094			

previam a alocação de recursos nos Projetos BIBLOS, MICROS e OFICINA (este somente em IES federais — para recuperação de oficinas de manutenção, com vistas à melhoria das condições dos laboratórios de ensino). Esta etapa inicial, posteriormente, passou a ser designada fase O (zero), para distingui-la das duas etapas subseqüentes, onde os recursos alocados decorreram de aprovação de projetos apresentados pelas IES.

A fase 1 (ou primeira fase) teve seus convênios assinados em junho/julho de 1986 e, tal como a fase O, já teve todos os seus recursos repassados às instituições beneficiadas.

A fase 2 (ou segunda fase) está presentemente em processo de celebração dos convênios.

Os quadros seguintes dão uma idéia do desenvolvimento do PNU em termos do que era previsto inicialmente e do que se realizou.

1.3- A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA

Com menos de um ano de operação é possível proceder a uma análise sumária de avaliação do programa, não ainda em termos de resultados mensuráveis, mas sobretudo a partir de manifestações de comunidade universitária quanto a suas repercussões e procedimentos que orientaram sua execução.

A direção da SESu, em diversas oportunidades, estimulou ampla discussão do Programa, envolvendo particularmente seus objetivos e seus aspectos operacionais. Além de reuniões específicas de âmbito interno e externo, com a participação de reitores, pró-reitores e professores universitários, a SESu recebeu e colheu manifestações por ocasião de encontros regionais e setoriais, reuniões de Pró-Reitores e das Comissões de Especialistas.

Um balanço geral registra as seguintes principais constatações e opiniões valorati-vas sobre o programa:

"Pontos positivos":

. O Programa alcançou o propósito de promover a revitalização das universidades, ensejando um intenso processo de debate, envolvendo a administração, docentes e alunos.

Constatou-se uma reativação do "animus" universitário, particularmente nas IES onde se procedeu à ampla discussão interna e buscou-se uma coordenação institucional para mobilizar os diversos setores, orientando a elaboração de projetos em função de uma proposta global da instituição.

A iniciativa do Programa foi oportuna e necessária, pois a graduação tem ficado sempre a reboque da política universitária. Não há incentivos nem agências voltados para estimular seu desenvolvimento, enquanto o MEC tem cuidado apenas de sua manutenção precária-

ria, sem preocupação com os aspectos finalísticos.

. Como instrumento do processo de reconstrução da Universidade Brasileira, o PNU despertou as IES para a necessidade de cada instituição dedicar-se à elaboração de uma proposta global de ação, a partir de ampla discussão interna, envolvendo todos os segmentos e expressando o resultado do processo dinâmico de ação e reflexão.

. A instituição do PNU revigorou e recobrou o papel da SESu como órgão responsável pela coordenação e acompanhamento da política governamental de educação superior.

"Pontos Negativos":

. Embora o Programa objetivasse a integração e compatibilização das ações de apoio da SESu, na prática, os procedimentos adotados teriam concorrido para uma fragmentação de projetos e identificação da ação da SESu com agente repassador de recursos que se pulverizam sem o necessário e prévio comprometimento das IES na implantação de um projeto consistente, fruto do esforço coletivo para conhecer e interferir na realidade que o envolve.

Apontou-se como um dos principais obstáculos do Programa a frustração de expectativas em termos do volume de recursos que era esperado.

Em sua implementação, observou-se que apenas os Projetos que possibilitaram uma ação institucional, na linha do BIBLOS, MICROS e OFICINA, alcançaram maior impacto e aprovação. Os repasses foram globais sem a necessidade da disputa por projetos.

1.4 - APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA

A partir destas avaliações, a SESu tem procurado aprofundar uma apreciação crítica sobre os procedimentos operacionais do PNU, levando-se em conta não apenas seus aspectos estritamente técnicos, mas também sua inserção no conjunto de ações do MEC e sua consistência com as orientações e propostas assumidas no plano da educação universitária, sobretudo em relação à autonomia de programação, à dotação global e à avaliação de desempenho.

Dentro dessa perspectiva e tomando como referência os problemas levantados, foram indicadas medidas de ajustamentos e adequações do Programa. A mais importante delas talvez seja aquela que define, de forma objetiva, o tipo de trabalho que deva executar as Comissões de Especialistas junto às IES ou, mais especificamente, junto aos cursos correspondentes à sua respectiva área de atuação, nas IES.

Caberá às CEs, além das atribuições previstas em decreto, aquela de induzir, junto aos cursos, ações capazes de levar à melhoria efetiva da qualidade dos mesmos.

Deste modo, prevê-se, para o ano de 1987, que o PNU deverá contemplar, em sua

sistemática operacional, duas vertentes: uma caracterizada pelas ações induzidas pelas Comissões de Especialistas, abrangendo projetos setoriais e outra constituída de ações de fomento propriamente ditas, cobrindo a área dos projetos-matrizes, tipo BIBLOS, MICROS, OFICINA, PROAC, etc, que seria implementada a partir de projetos originários das IES.

Orientação fundamental é que as propostas a serem encaminhadas ao PNU reflitam ou estejam integradas no plano global das Instituições de Ensino Superior.

2-AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MUDANÇA

2 - AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MUDANÇA

OPÇÃO INADIÁVEL

Conforme foi exposto na parte introdutória, a Secretaria da Educação Superior incluiu a avaliação como uma das diretrizes prioritárias de sua atuação. Qualquer esforço de mudança em busca de qualificação e pertinência da educação universitária apóia-se sem dúvida, em bom conhecimento de sua realidade, no diagnóstico de suas deficiências e na avaliação de seus processos e produtos, envolvendo várias dimensões como a pedagógica (qualidade do ensino), a científica, a social e a político-administrativa.

É sabido que, de longa data, o antigo Departamento de Assuntos Universitários (DAU), hoje SESu, tem-se preocupado com a instalação de um processo avaliativo do ensino universitário do País. Todavia a maioria das iniciativas tomadas caracterizaram-se pela descontinuidade, parcialidade de abrangência e falta de sistematização. Obviamente, isto não se aplica a experiências bem sucedidas e que têm conduzido a resultados importantes. Assim, já conquistou consistência e credibilidade o processo de avaliação dos Programas de Pós-Graduação empreendido pela CAPES. Reconhecido, também, já se tornou o empreendimento periódico de análise das ações e programas de desenvolvimento científico e tecnológico, promovido pelo CNPq e consubstanciado na série de publicações intitulada "Avaliação e Perspectiva". Mais recentemente, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária desenvolveu metodologia pertinente e produziu importantes estudos para a avaliação do ensino superior no País.

A instituição de processos contínuos de avaliação e acompanhamento do ensino de graduação é uma proposta que vem ganhando força, tanto no âmbito do MEC como do meio universitário. As experiências assinaladas, bem como as conclusões de várias reuniões e encontros sobre o tema, com destaque para a 43ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores, na cidade de Salvador, apontam para a urgência de processos avaliativos permanentes, sistematizados e bem fundamentados.

Certamente, a motivação maior que coloca esta questão na ordem do dia é a própria preocupação com os destinos das instituições universitárias. A sociedade está interessada em saber o que a universidade faz, como faz e o que pode fazer. por consequência, quer descobrir as possibilidades e alternativas para sua restauração.

O reconhecimento que se impõe é que, apesar de tardia, a decisão de instituir processos avaliativos pode preencher uma lacuna responsável por descaminhos e derivas.

Nosso sistema universitário, normativamente centralizado e eivado de formalismos, não conseguiu consolidar a demanda por qualidade e competência. Sem tradição de uma sistemática de avaliação, as questões educativas não encontram referências e base para seu contínuo aperfeiçoamento.

PONTOS BÁSICOS DA AÇÃO DA SESu

Das discussões e debates ocorridos durante o ano em torno da matéria, alguns pontos já alcançaram contornos mais nítidos e algumas condições básicas são admitidas com unanimidade.

Entre estas principais condições destacam-se:

- a) credibilidade, a nível de coordenação, comunidade acadêmica e da sociedade como um todo;*
- b) participação ampla da comunidade acadêmica; e*
- c) transparência de metodologia e dos resultados obtidos.*

Sob o aspecto operacional, alguns outros pontos são também considerados relevantes. Assim, por exemplo, consolidou-se a orientação de que o papel fundamental da SESu deverá ser no sentido de fomentar e viabilizar processos avaliativos e não o de tornar-se executora direta da avaliação. Trata-se primeiramente de assegurar a avaliação pública dentro dos critérios do mérito e da liberdade acadêmica. Isto pressupõe um processo aberto e exercido por docentes e profissionais de comprovada competência nos diversos campos do conhecimento.

Entendeu-se que processos avaliativos necessários à qualificação do sistema e à formulação de políticas e ações de planejamento devem ocorrer em planos ou níveis distintos: do curso, do Departamento, da Instituição ou do sistema como um todo. Além disso, estes processos podem ser conduzidos sob duas formas principais: auto-avaliação e avaliação externa. Ambos os procedimentos são considerados importantes e necessários à medida que se complementam e se reforçam, fazendo validar seus resultados quando prevalecem os critérios acadêmico-científicos.

O apoio à auto-avaliação foi promovido durante o ano de 1986, constituindo inclusive uma das linhas de fomento do Programa Nova Universidade.

Outro reforço vem sendo empreendido pelo Programa de Apoio às Pró-Reitorias de Ensino de Graduação (PROGRAD) para que venham instituir e manter processos internos de auto-avaliação.

O estímulo a estas iniciativas e experiências não está, evidentemente, condicionado a modelos, critérios e metodologias previamente definidos. A presença que a SESu busca exercer é mais pela criação de condições favoráveis e pela capacidade de indução e não pelo controle e imposição de procedimentos. A orientação é no sentido de ensejar manifestações de criatividade, viabilizar experiências inovadoras e, sobretudo, valorizar o mérito, a excelência e qualidade da atividade educacional. Além disso, tem-se clara consciência das peculiaridades das instituições universitárias que requerem ênfases distintas e parâmetros apropriados. Mas também é em decorrência das configurações singulares da auto-avaliação é que não se pode prescindir da avaliação externa.

Mesmo que esta, também, possa ser empreendida isoladamente, por iniciativa própria, no âmbito de cada Instituição, concluiu-se que o MEC ou o sistema universitário global não podem abdicar de processos mais amplos de avaliação externa apoiados no órgão competente, a Secretaria da Educação Superior.

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

A complexidade e a diversidade de enfoques e de metodologias pertinentes à instituição de um processo de avaliação do ensino de graduação em um sistema universitário de grande heterogeneidade impõe à SESu atenções e cautelas essenciais. Dada a ausência de tradição e de práticas consolidadas de avaliação, há que se buscar a indispensável fundamentação pedagógica e a confiabilidade do meio acadêmico para métodos e processos a serem utilizados. Uma etapa inicial de experimentação e revisão dos procedimentos deverá ser obrigatoriamente percorrida.

Neste sentido e visando assegurar a continuidade, bem como as condições de articulação e operacionalização desta tarefa, a SESu procurou reorganizar uma de suas Subsecretarias que passará a denominar-se Subsecretaria de Avaliação e Acompanhamento, devendo contar com a necessária infra-estrutura de apoio técnico-administrativo.

A deflagração do processo, prevista para o primeiro semestre de 1987, incluirá a realização de um Seminário Internacional para discussão de experiências similares em outros países. A partir dessas discussões e articulação de equipes e instituições interessadas no processo de avaliação, pretende-se dar início ao processo sistemático, estabelecendo-se uma programação flexível que possibilite enfrentar a diversidade do universo envolvido, detectar as deficiências e consolidar procedimentos bem sucedidos.

Na implementação do processo, as Comissões de Especialistas deverão desempenhar um papel fundamental. Para tanto, ao lado de uma revisão de suas atribuições, a SESu pretende dotá-las de meios que possibilitem o planejamento e desencadeamento das ações, tais como:

- Criação de Subcomissões exclusivas para avaliação;*
- Recurso a Consultores "ad hoc" especializados em áreas específicas;*
- Preparação de PROJETO-PILOTO de avaliação para cada subcomissão e modalidades de cursos;*
- Identificação das informações disponíveis;*
- Elaboração dos instrumentos de coleta e análises dos dados pertinentes; e*
- Execução dos PROJETOS-PILOTO com o concurso de pessoal dos próprios cursos e instituições participantes.*

BASE DE ESTUDOS E ANALISE

Em 1986, a SESu instituiu (Port. 60/86) o Programa de Estudos em Política de Educação Superior (PEPES) cuja execução se deu de forma articulada com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este Programa se propôs a abranger as seguintes áreas:

- a) Estudos de Avaliação da Reforma Universitária (continuidade das atividades do Programa de Avaliação da Reforma Universitária);
- b) Estudos sobre a atuação dos mestres e doutores (continuidade do projeto de pesquisa "O que fazem nossos Mestres e Doutores?"),
- c) Estudos de Mercado de Trabalho de Egressos do Ensino Superior;
- d) Desenvolvimento de estudos sobre os dados sócio-econômicos dos vestibulandos e sobre a questão do vestibular.

O principal esforço do PEPES, no decorrer de 1986, centrou-se na continuidade dos estudos do Programa de Avaliação da Reforma Universitária, iniciado no segundo semestre de 1983 com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (MCT), CAPES, SESu e CFE. Os resultados têm levado a uma avaliação realista das condições em que se realizam as atividades de produção e disseminação do conhecimento. Para se entender os trabalhos atuais, é necessário esclarecer que, num primeiro momento, foram realizados dois tipos de estudos: o "Es-tudo-Base" e os "Estudos Específicos".

O "Estudo-Base" envolveu 32 Instituições de Ensino Superior. Equipes das próprias instituições entrevistaram dirigentes e aplicaram questionários a 20% dos professores, distribuídos por todos os departamentos e categorias funcionais, e a 5% dos alunos de todos os cursos de graduação. Outros dados estatísticos, bem como uma análise histórica do surgimento e evolução de cada instituição, ofereceram um quadro abrangente das condições de ensino. Algumas equipes encerraram, em 1985, os trabalhos (FURB/SC, USP/SP, FINAM/RJ, FEI/SP, UFF/RJ, FCA/PA, UNIFOR/CE, ECM/AL, PUC/RJ, FUEL/PR, UnB/DF, UCS/RS, FEB/SP e ITE/SP), oferecendo análises das características e condições de funcionamento de suas instituições, que variam bastante, tanto do ponto de vista da abrangência quanto da profundidade. Outras continuaram trabalhando, em 1986, na análise dos diferentes dados já coletados e enviados ao Grupo Gestor (UFBA/BA, UFSM/RS, UFPR/PR, UFMG/MG, UFPB/PB, FUVi/MG, UNICAMP/SP, FUAM/AM, UFRJ/RJ, UFPE/PE, FESP/PE, UBEC/DF, UNICAP/PE, FIDENE/RS). Finalmente, três instituições encontraram dificuldades para o desenvolvimento das atividades previstas (FUFMT/MT, UFCE/CE e UFRGS/RS).

Paralelamente a este esforço, desenvolveram-se os "Estudos Específicos", também como o concurso de pesquisadores das próprias instituições, sobre temas como a relação pesquisa/ensino, o sistema de matrícula por disciplina, evasão, o trabalhador-estudante, currícu-

los mínimos, a questão do vestibular, o ciclo básico, a departamentalização, o mercado de trabalho para egressos de ensino superior, o funcionário técnico-administrativo, o ensino superior privado, potencialidades dos estabelecimentos isolados, práticas de financiamento.

Tanto o "Estudo-Base" como os "Estudos Específicos" têm fornecido subsídios para estudos mais aprofundados sobre o sistema de educação superior, atualmente em elaboração, dos quais se destacam os seguintes: "Relação Pesquisa/Ensino nas Instituições de Ensino Superior", "A Crise na Educação Superior Brasileira", "Universidade e Democracia", "O Ensino Público Noturno: Uma Alternativa de Democratização para Educação Superior".

O primeiro desses trabalhos foi discutido no CFE, (Par. 0069/86) e publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (nº 155/86), sendo que uma versão resumida foi divulgada na Revista "Ciência Hoje" (Vol. 4, nº 22/1986). O trabalho analisa a proposta legal da relação pesquisa/ensino (Lei nº 5.540). Discute as diferentes concepções sobre a relação pesquisa/ensino, bem como se volta para o desenvolvimento da prática desta relação em diferentes tipos de instituições, a partir dos dados preliminares colhidos pelo Programa de Avaliação da Reforma Universitária.

O segundo e o terceiro estudos tratam da questão do poder e tomada de decisão nas instituições analisadas. Fundamentam-se em uma breve revisão histórica das propostas de autonomia e democratização nas instituições brasileiras, nas últimas três décadas e no momento atual, por fim, examinam as características atuais das instituições e a percepção de professores e alunos sobre diferentes aspectos da democracia na educação superior.

O último estudo, "Ensino Público Noturno: Uma Alternativa de Democratização para Educação Superior", discute a possibilidade de expansão da educação pública, recapitula a evolução do sistema de educação superior com o objetivo de caracterizar o ensino noturno que acabou se consolidando, mostra a especificidade do trabalhador-estudante e aponta algumas alternativas.

Quanto aos dois outros projetos ("O Mercado de Trabalho de Egressos do Ensino Superior" e "O que fazem nossos Mestres e Doutores?") é importante esclarecer que eles vinham sendo desenvolvidos na CAPES. Num e noutro caso, os dados coletados nas instituições participantes foram consolidados e colocados à disposição para realização de diversos estudos (dissertações de mestrado, estudos específicos). O PEPES continuou a incentivar a sua utilização pela comunidade científica interessada.

O último campo de interesse, a questão do vestibular e o Vestibulando, implicou realizações de seminários, direta ou indiretamente promovidos pela SESu. Os dados sócio-econômicos sobre os vestibulandos coletados pelas instituições ou disponíveis não foram ainda objeto de algum trabalho de análise mais abrangente.

A partir da experiência e conhecimento acumulados, tanto na SESu/CAPES, como nas instituições, pretende-se desenvolver mecanismos que assegurem a continuidade do desenvolvimento da reflexão crítica, da formulação e discussão de alternativas para a política de educação superior.

SISTEMA DE DADOS E INFORMAÇÕES

Entre as atribuições da CODEINF, está a de disseminar dados e informações estatísticas do ensino superior aos usuários e ao público em geral. Decorrente disso, parte da capacidade instalada da Coordenadoria se dedicou em todo o ano de 1986 a tarefas que visavam um atendimento na elaboração de tabelas e gráficos, organização e conferência de relatórios de saída e todo tipo de tabulação de dados que se fizesse necessário para que a informação a ser analisada ou de consumo imediato se tornasse disponível com um certo grau de confiabilidade.

A CODEINF também participou, e acompanhou junto ao Serviço de Estatística da Educação e Cultura, do treinamento dos técnicos das Instituições de Ensino Superior e das Delegacias Regionais para o preenchimento dos questionários e definições das variáveis de graduação para o atendimento das necessidades básicas de informações estatísticas e cadastrais sobre o sistema de ensino superior.

Quanto ao acompanhamento, articulação e implementação dos programas governamentais de informática, no âmbito das Instituições de Ensino Superior, foi criada uma Comissão de Informática, da qual a CODEINF fazia parte como Secretaria Executiva.

A Coordenadoria de Informática participou efetivamente na elaboração e execução do Catálogo Geral de Instituições de Ensino Superior — 1986, que tem por finalidade divulgar informações cadastrais a nível de Entidades Mantenedoras, Instituições, Cursos de Graduação e Pós-Graduação.

3 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

A Coordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento Educacional — CDE, no decorrer do ano de 1986, procurou apoiar e incentivar o esforço das instituições de ensino superior no desenvolvimento de atividades voltadas à consolidação de um projeto educativo profundamente enraizado na realidade brasileira, buscando concretizar uma universidade atuante, crítica e criadora. Nesta linha de ação, pretendeu-se atingir os seguintes objetivos: a) fortalecer o ensino de graduação em sua função de formar agentes transformadores capazes de atuar e de interferir na sociedade; b) fomentar ações visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação vinculadas a um projeto educacional representativo de uma política de ensino, expressando o posicionamento da universidade na efetivação de suas funções básicas; c) apoiar, de forma efetiva e sistemática, os órgãos de ensino nas IES; d) promover estudos e propor medidas para o encaminhamento de questões oriundas de demandas específicas da comunidade: desenvolvimento curricular, licenciaturas, estágio curricular, bibliografia básica dos cursos de graduação e outras; e) articular-se com as comissões ou grupos de especialistas, que desenvolvem ações específicas por área de conhecimento; f) promover e orientar a cooperação das IES federais entre si e com as IES não federais com vistas a promover o intercâmbio de experiências, o apoio mútuo e a necessária articulação com os demais graus de ensino e outros setores da sociedade.

Para alcance destes objetivos, foram desenvolvidos os seguintes projetos e/ou ações:

a) Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior — PADES — caracterizado por sua atuação na construção do projeto definido pelas próprias IES dentro dos princípios de autonomia e de democratização, evitando-se o desenvolvimento de ações fragmentadas e sem qualquer relevância para o processo mais amplo do repensar da universidade, e sem qualquer repercussão na melhoria da qualidade do ensino;

As três Reuniões de Trabalho deste Projeto, realizadas em João Pessoa, Brasília e Santa Maria, no segundo semestre de 1986, comprovaram um significativo avanço das instituições envolvidas na elaboração e/ou consolidação de seu projeto pedagógico consistentemente legitimado pela comunidade universitária.

b) Projeto de Integração da Universidade com o Ensino de 1º grau — em consonância com o conceito de integração, os objetivos deste projeto traduzem a necessidade de desenvolvimento de ações articuladas entre as IES e os órgãos locais de ensino de 1º grau, visando a estabelecer um fluxo importante para o sistema como um todo.

Os seminários regionais de avaliação deste projeto, realizados em Uberlândia e Recife, evidenciaram a preocupação das IES em propiciar uma prática voltada para o ensino, pesquisa e extensão e em promover, com base nos resultados obtidos, um amplo debate sobre problemas fundamentais que afetam os diversos níveis de ensino.

c) Projeto de Bibliografias Básicas para os Cursos de Graduação — Este projeto pre-

tende identificar a literatura básica fundamental nos cursos de graduação, contando com o apoio, críticas e sugestões da comunidade acadêmica envolvida.

Durante o ano de 1986, foram desenvolvidos estudos sobre a metodologia e instrumento de coleta de dados adequados ao trabalho. Definiu-se, ainda, a necessidade de uma experiência-piloto antes de sua ampliação a todas as áreas do conhecimento.

Da divulgação feita pela SESu, 51 IES (federais e não federais) manifestaram interesse em participar desta ação que, nas instituições, contará com a participação efetiva das Pró-Reitorias de Graduação e das Bibliotecas.

d) *Licenciaturas* — Desenvolvimento de estudos referentes ao ensino superior e à formação do magistério, objetivando sugerir medidas para a renovação e dinamização dos cursos de licenciatura. Neste sentido, promoveu-se a realização de um seminário na UNICAMP, com 25 especialistas nas diversas áreas de conteúdo, visando à elaboração de uma ação norteadora ao trabalho da SESu.

e) *Estágio Curricular* — Realizaram-se em Cuiabá, Natal e Santa Maria os Encontros Regionais sobre Estágio Curricular, problematizando-se sua dimensão formadora no contexto da formação profissional em confronto com a dimensão de complementação e de avaliação curricular.

O documento resultante da avaliação destes Encontros, elaborado pelos coordenadores, a ser divulgado brevemente, oferece valiosos subsídios à definição das formas de encaminhamento da questão por parte das IES.

f) *Estudos de Currículo* — Foi feita ampla consulta às IES, através de três Encontros Regionais, sobre a proposta de currículo mínimo de bacharel em Química e Química Industrial enviada pelo Conselho Federal de Química ao MEC. As sugestões apresentadas nesses Encontros serão avaliadas pelos coordenadores, antes do encaminhamento de uma proposta final ao Conselho Federal de Educação.

Além disso, a Coordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento Educacional vem acompanhando, junto ao CFE, os estudos das propostas de currículo mínimo de Oceanografia e de Geografia cuja elaboração contou com ampla participação da comunidade acadêmica.

g) *Edição de Boletins* — Foram editados durante o ano a "RESENHA" PADES e o "BOLETIM INFORMATIVO" do Programa de Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau. A divulgação das ações dos referidos projetos tem como objetivo proporcionar a reflexão, a crítica e o amadurecimento de suas ações no interior das IES.

h) *Estudos de temas específicos* — Estes estudos são resultantes de demandas específicas da comunidade e são operacionalizados através de diversas estratégias, isto é, sob a forma de seminários, a nível regional e nacional, ou reuniões específicas de grupos de especialistas.

Resultantes desses estudos foram elaborados documentos relativos à questão de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudo de Problemas Brasileiros

nos três graus de ensino. Além disso, foram discutidas questões concernentes ao Vestibular, resultando vasta documentação divulgada às instituições, bem como a elaboração de Portaria Ministerial regulando o concurso vestibular para 1987.

i) Publicações - O Documento "Diagnóstico e Avaliação dos Cursos de História no Brasil" foi amplamente divulgado a todos os cursos de História, ao Conselho Federal de Educação e a diversos órgãos.

Está sendo ultimado o documento "Ementas e Bibliografias Básicas das Disciplinas dos Cursos de Graduação em Geografia" organizado pela SESu e elaborado com a participação efetiva de especialistas da área.

j) Assessoramento às Comissões de Especialistas — A Coordenadoria prestou, no decorrer de 1986, assessoramento técnico às Comissões de Especialistas de Educação Física e de Enfermagem.

Cumpre salientar, finalmente, que sua inter-relação universidade/sociedade e a conseqüente ampliação da concepção de melhoria de ensino permitiram situar esta Coordenadoria em um contexto mais amplo, aproximando-a das IES e do conhecimento de suas reais necessidades e interesses.

*4- APOIO À EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E CULTURAL*

4 - APOIO A EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

As ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Apoio ao Desenvolvimento Social e Cultural, em 1986, caracterizaram-se pelo esforço de sua efetiva consolidação. O trabalho fragmentado e disperso, ao longo dos anos, cedeu lugar a uma sistematização em torno de dois grandes projetos: o "Projeto de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das Instituições de Ensino Superior/PROED" e o "Projeto Integração da Universidade em seu Contexto Sócio-Cultural". Isto foi possível à medida que, além do esforço da própria equipe, existiram condições objetivas facilitadoras, particularmente com surgimento do Programa Nova Universidade e o conseqüente aporte financeiro.

Foram também promovidas articulações junto ao Ministério da Cultura na busca da necessária integração MEC/MinC na consecução de objetivos comuns. Dos contatos mantidos resultou, por exemplo, a constituição da Comissão MEC/MinC encarregada de atuar na área de Arte-Educação, nos três níveis de ensino, integrada por dois representantes de cada ministério, sendo o MEC representado por esta Coordenadoria. Além disso, o "Projeto Integração da Universidade em seu Contexto Sócio-Cultural" foi apresentado ao MinC, especificamente à Subsecretária de Apoio às Atividades Culturais, que expressou seu interesse de conhecê-lo melhor, inclusive participando de seu Seminário Nacional previsto para o início do próximo semestre letivo.

Em relação às Comissões de Especialistas, foi também significativo o trabalho desenvolvido. Das onze Comissões atualmente existentes, cinco são secretariadas por esta Coordenadoria (Administração, Economia, Comunicação Social, Arquitetura e Odontologia). É importante salientar que as secretarias-executivas das CEs, além de garantirem o indispensável apoio administrativo, também atuam ao nível técnico, tendo, inclusive, participado da análise de projetos enviados ao PNU, em suas respectivas áreas.

Lembramos, ainda, a participação em projetos e ações voltados para a interiorização da universidade brasileira. O exemplo mais significativo é o Polamazônia (Integração das Universidades em Programas Regionais/Integração das Universidades na Amazônia).

A seguir, um detalhamento das principais ações desenvolvidas:

a) "Projeto de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das Instituições de Ensino Superior/PROED"

O corrente ano marcou efetivamente a consolidação do PROED. Embora existindo desde 1981, somente agora obteve dotação suficiente para cumprir seus objetivos e atender, de forma substancial, a crescente demanda. Esta consolidação, no entanto, não se restringiu ao aspecto financeiro. A rigor, a Coordenação Geral do Projeto preocupou-se em produzir

dois documentos de fundamental importância, complementares entre si, balizadores do processo a ser vivido doravante: no primeiro, foi traçada a história do PROED, procurando resgatar sua memória e destacando, a partir dela, experiências interessantes ao longo do tempo; o segundo, decisivo sob todos os aspectos, estabelece a filosofia, diretrizes e normas do Projeto.

Além desse trabalho interno, produzido pela Coordenação Geral, procurou-se estreitar os contatos com as Editoras Universitárias. É neste sentido que se insere a efetiva participação da Coordenação no Seminário Nacional das Editoras Universitárias (Campinas, maio) e no Encontro das Editoras Universitárias da Região Centro (Niterói, agosto). Nas duas oportunidades, o PROED foi amplamente discutido e suas linhas plenamente assimiladas pela comunidade.

Pela primeira vez em sua história, o PROED abriu-se à participação do segmento não federal das instituições de ensino, além de ter ampliado, consideravelmente, o número de IES federais contempladas com apoio financeiro. Esta nova realidade exigiu dos responsáveis pelo Projeto um redobrado esforço no sentido de não permitir que seus princípios básicos — até aqui conhecidos por uma parcela muito reduzida de instituições — não sofressem distorções.

Finalmente, o grande destaque do ano, em termos de indústria editorial, contou com a presença do PROED. Ele viabilizou a participação das Editoras Universitárias na 9ª Bienal Internacional do Livro (São Paulo, agosto). Com recursos liberados pela SESu, foi possível a locação de um stand de 60m² onde foram expostos e comercializados livros de cerca de 22 editoras universitárias.

Pretendendo avaliar o trabalho do corrente ano e explicitar ainda mais as normas para o próximo, o PROED promoverá em Brasília, nos dias 17 e 18 de março de 1987, seu 1º Seminário Nacional.

b) "Projeto Integração da Universidade em seu Contexto Sócio-Cultural"

Se ainda não conseguiu atingir o grau desejado de consolidação, o Projeto Integração da Universidade em seu Contexto Sócio-Cultural teve, em 1986, a certeza de ter conseguido transmitir às IES brasileiras o caminho que pretende seguir: atuar no sentido de fazer da extensão uma relação dialógica entre a universidade e a sociedade, promovendo a produção e a incessante reelaboração do conhecimento gerado no intercâmbio e no confronto entre o saber científico e o saber empírico.

Foi este o espírito que norteou a participação da Coordenadoria em Encontros de Extensão ou similares (Ponta Grossa, PR, IV Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, maio, Encontro de Pró-Reitores de Extensão do Norte-Nordeste, São Luís, MA, abril; Circuito Mineiro de Cultura, Juiz de Fora, MG, setembro) e que presidiu a análise dos 600 projetos enviados ao Programa Nova Universidade.

Neste esforço de retomar efetivamente a questão da Extensão no âmbito do MEC, cumpre destacar no corrente ano-

— constituição de um Grupo de Consultores para assessoramento na análise de projetos e na elaboração do texto norteador do Projeto de Integração;

— sistematização de textos produzidos nos últimos anos, no MEC e nas IES, enfocando o assunto;

— elaboração do documento básico do Projeto Integração Universidade-Sociedade, estabelecendo que a extensão não pode ser vista como subproduto da pesquisa ou como trans-bordamento do ensino universitário para o meio adjacente, mas, sim, como um processo dialético e dialógico em que a universidade e o meio social interagem, dando e recebendo;

— incorporação dos Projetos de Educação Não Formal/ABAED que a SEPS não mais pôde apoiar.

Para o primeiro semestre de 1987, está prevista a realização do 1º Encontro Nacional de Extensão.

5 - APOIO À EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DE SAÚDE

5 - APOIO A EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DA SAÚDE

A Assessoria Especial de Ciências da Saúde incumbida dos assuntos relativos a esta área, em especial do Ensino Médico, Hospitais de Ensino e das Farmácias Hospitalares, teve suas origens no antigo Grupo Setorial de Saúde, em 1975.

A reforma do Ministério da Educação e Cultura, promovida em 81/82, desativou o referido grupo, sendo criada, posteriormente, a Assessoria Especial de Ciências da Saúde para tratar especialmente da problemática dos Hospitais de Ensino, sem, contudo, ter sua existência prevista regimentalmente.

A manutenção desta Assessoria justificou-se em face do significativo volume de problemas apresentados pelo setor. Este devido à capacidade de mobilização de opinião pública e barganha política que exercem forte pressão sobre a Administração Central.

O UNIVERSO DOS HOSPITAIS

O atual Universo dos Hospitais, campo de ensino prático, está assim subdividido.

<i>ai Hospitais Próprios da Rede Federal do MEC</i>	<i>36 unidades</i>
<i>b) Outros Hospitais Universitários</i>	<i>12 unidades</i>
<i>cj Outros Hospitais/Escola</i>	<i>23 unidades</i>
<i>d) Hospitais Auxiliares de Ensino</i>	<i>28 unidades</i>
 <i>TOTAL:</i>	 <i>99 unidades</i>

Deste universo, estão sendo, prioritariamente, objetos de estudo os Hospitais Próprios da Rede Federal do MEC.

A Assessoria Especial de Ciências da Saúde foi reativada através da Portaria nº 102 de 23 de julho de 1986.

A ÇÕES DESEN VOL VIDAS EM 1986

Em cumprimento as atribuições estabelecidas pela referida Portaria, foram desenvolvidas, durante o presente exercício, as seguintes atividades:

2 - FARMÁCIA HOSPITALAR

2.1 — Assessoria ao Curso de Farmácia Hospitalar

Após diagnóstico elaborado pela AECS sobre a situação das Farmácias Hospitalares, e tendo em vista: (a) a melhoria do ensino do curso de Farmácia e Medicina; (b) a racionalização dos gastos com medicamentos; (c) a qualificação do pessoal técnico-docente; e (d) a melhoria da área física e adequação dos equipamentos; a Assessoria Especial de Ciências da Saúde optou por apoiar o "Curso de Especialização em Farmácia Hospitalar", oferecido pela UFRJ, deslocando técnicos e docentes da área de diversos Estados, num programa conjunto SESu/CEDATE/CAP ES/SM A que teve início em 1984.

Instituições participantes:

- UFBA, UFCE, PUCAMP, UFMS, UFMT, Escolas de Farmácia do ES, UFPA e Universidade Estadual de Londrina.

O mais grave obstáculo para se atingir os objetivos propostos, desde o início do curso em 1984, é a ausência de recursos específicos para a reestruturação e modernização das Farmácias Hospitalares e, conseqüentemente, a continuidade das ações desencadeadas durante o treinamento do pessoal.

2.2 - GRUPO DE CONSULTORIA EM FARMÁCIA HOSPITALAR

Conforme as Portarias nºs 35 de 14/01/86 (MEC) e 22 de 20/02/86 (SESu), passou a ser competência da AECS traçar diretrizes gerais para implementar, nos Hospitais de Ensino, Comissões de Padronização de Medicamentos. Esta Assessoria objetiva criar núcleos regionais de treinamento de recursos humanos para operacionalização destas Comissões, bem como criar meios de transferir experiências bem sucedidas de uma a outra Instituição.

Neste sentido, o grupo traçou um plano de trabalho para 1986 que culminou com o treinamento operacional de 14 monitores, inclusive 02 do Ministério da Saúde, no período de 25 a 27 de novembro do presente ano.

3-ATIVIDADES CONJUNTAS COM A CEME

A partir da Assinatura do Protocolo de Cooperação MEC/MPAS nº 01/82, os hospitais passaram a adquirir medicamentos diretamente da CEME. Houve, como conseqüência, diminuição de custos e simplificação da burocracia na aquisição de medicamentos. Ainda, os profissionais passaram a usar o nome do princípio ativo do medicamento e não o nome "fantasia". A AECS auxiliou a CEME na atualização da Relação Nacional de Medicamentos Essen-

ciais - RENAME.

Ressalte-se que este foi um ano crítico para a CEME e, conseqüentemente, para os Hospitais, em decorrência do descompasso e desacerto da política de produção, aquisição, distribuição e controle de medicamentos CEME.

Mesmo assim, todos aqueles envolvidos no programa afiançam que a vigência do convênio é de vital importância, não só por razões acadêmicas e administrativas mas também por questões de consciência de uma realidade nacional, dependência tecnológica para produção de medicamentos, situação da mais alta gravidade ao país.

A SESu, através da Assessoria Especial de Ciências da Saúde e de seu grupo de Consultoria em Farmácia Hospitalar vem dando seu total apoio à revitalização da CEME:

- através da apresentação do documento de apoio à CEME na reunião da CIPLAN, de 17 de agosto do corrente; e*
- participando de toda a discussão da implantação do programa das Farmácias Básicas da CEME, quer auxiliando-a no plano de avaliação, quer como pólo de distribuição à população carente nos ambulatórios de seus hospitais próprios.*

1 - "PLANO NACIONAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS - PNADHU

—Seminário: "Os Hospitais Universitários nas Ações Integradas de Saúde — Ensino e Assistência" realizado em Brasília, nos dias 27 e 28 de agosto.

O Seminário alcançou plenamente os objetivos propostos, além de ter ocorrido em hora oportuna, no momento em que o Brasil se prepara para um "Programa de Reforma Sanitária". Reuniram-se E;olas Médicas, Hospitais Universitários e de Ensino e Superintendências Regionais do INAMPS ,ue em conjunto debateram questões visando a diagnosticar os reais anseios e pontos de estrangulamento daquelas unidades hospitalares.

—Atendendo solicitação dos diretores dos Hospitais Universitários Próprios do MEC, foram realizados os seguintes Encontros Regionais:

19 Encontro Regional

Porto Alegre - 21 e 22/out/86

Participantes: Diretores e Assessores de Hospitais Próprios do MEC dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, AECS e CEDATE

*29 Encontro Regional Niterói -
30 e 31/out/86*

Participantes: AECS, CEDATE e Diretores de Hospitais Próprios do MEC dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

*39 Encontro Regional Natal -
06 e 07/nov/86*

Participantes: AECS e Diretores de Hospitais Próprios do MEC dos Estados do Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia.

'Na área de Hospitais Universitários, a AECS vem elaborando sua programação para 1987, a partir dos resultados das discussões nos 3 (três) Encontros Regionais.

Por ocasião dos Encontros foram estudados basicamente os seguintes Planos: 1. Plano de Provimento de Pessoal necessário ao pleno funcionamento dos Hospitais Próprios do MEC;

2. Plano de Capacitação Gerencial para as Unidades Hospitalares Próprias do MEC;

3. Plano de Financiamento para recuperação dos Hospitais Universitários: Equipamentos e Instalações Físicas. Na mesma oportunidade, além dos Planos, foram discutidas questões como:

- Remuneração docente;*
- Remuneração docente/assistencial;*
- Situação do corpo administrativo.*

Com base nos resultados do Seminário sobre os "Hospitais Universitários nas Ações Integradas de Saúde: Ensino e Assistência" e dos Encontros Regionais.

Foi elaborado o 1º Plano Nacional de Apoio ao Desenvolvimento dos Hospitais Universitários (1º PNADHU).

O referido Plano consta de três linhas básicas de ação, necessárias à melhoria, não somente da assistência à Saúde prestada pelos hospitais universitários, como também do ensino neles ministrado.

As linhas básicas de ação encontram-se assim discriminadas:

1. Plano de provimento de pessoal necessário ao pleno funcionamento dos hospitais próprios do MEC. O impedimento legal de novas contratações levou, nos últimos anos,

a um acentuado decréscimo de pessoal (corpo docente e pessoal técnico-administrativo), que vem sensivelmente prejudicando tanto a qualidade do ensino ministrado nos hospitais universitários quanto a assistência à saúde por eles prestada. Conseqüentemente, visando a minimizar tal situação, foi proposto efetuar o levantamento de recursos humanos para o pleno funcionamento daquelas unidades hospitalares;

2. Plano de capacitação gerencial, com o objetivo de preparar e aperfeiçoar recursos humanos necessários à eficiência e resolutividade das unidades hospitalares de ensino;

3. Plano de financiamento para recuperação das instalações físicas e de equipamentos dos hospitais universitários federais.

Através da Portaria nº 815, de 25 de novembro de 1986, o Senhor Ministro da Educação aprovou o 1º PNADHU, atribuindo à SESu a responsabilidade de implementá-lo.

Por outro lado, a Portaria Ministerial nº 816, de 25 de novembro de 1986, instituiu junto à Secretaria da Educação Superior o Programa Nacional de Apoio aos Hospitais Universitários, tendo como finalidade assegurar condições à implementação do 1º PNADHU.

Além dos trabalhos empreendidos, que culminaram com a elaboração do PNADHU, a AECS reorganizou sua estrutura, desde seu corpo assessor, até a implantação de um sistema de informatização, que possibilitará estabelecer o elo entre a área de saúde das Instituições de Ensino Superior e a SESu.

3. TRABALHOS DE ROTINA

1 — Participação em Comissões:

1.1 — Participação na Comissão de Recursos Humanos da CIPLAN no desenvolvimento de atividades que redundaram na 8ª Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde, discussão sobre cursos a serem oferecidos na área de Administração em Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública/MS.

A SESu, de comum acordo com a OPAS, e esta Comissão vem atuando junto à FAE para a agilização do PROGRAMA AMPLIADO DE LIVROS - TEXTO E MATERIAIS INSTRUCIONAIS — PALTEX e a implementação da edição de Manuais de atenção primária em saúde no BRASIL.

1.2 — Participação no Conselho Federal de Entorpecentes — CONFEN, como membro e elemento articulador entre as ações emanadas pelo órgão e sua operacionalização nas Secretarias Estaduais de Educação, via SEPS e SEED, e nas Universidades.

1.3 — Participação na Comissão de Reprodução Humana, instituída pelo Ministério da Saúde, e Assessoramento do MEC na formulação de uma política de Assistência Integral à Saúde da Mulher, incluindo aspectos sobre o Planejamento Familiar. Tais diretrizes foram definidas na Portaria nº 742, de 15/10/86. Neste particular, a AECS está procedendo a um levanta-

mento de dados junto aos Hospitais Universitários Próprios do MEC, sobre pessoal envolvido, serviço/ensino oferecido e pesquisas em andamento, visando a oferecer suporte a estas unidades, de modo a dar cumprimento à referida Portaria.

1.4 — Participação na Comissão Técnica sobre Hospitais Universitários e de Ensino que objetiva avaliar e aperfeiçoar o relacionamento dos Hospitais de Ensino e INAMPS quanto à prestação de serviços, termos de convênios, tabelas de pagamento, etc. A SESu /MEC faz-se representar pelo coordenador da AECS e um Assessor.

Através desta Comissão, obteve-se a atualização de nova tabela de Convênio MEC/ MPAS, o que redundou em incremento médio de 30% no aporte de recurso a ser repassado aos Hospitais Universitários e de Ensino, sem o que estes hospitais continuariam a representar o grande sangradouro das Universidades, além do trabalho, em processo de reclassificação dos hospitais de ensino.

1.5— Junto à Comissão de Especialistas do Ensino Médico, instituída pelo MEC em 19/12/86, a AECS participa com um membro e também na secretaria executiva da Comissão.

Esta Comissão vem realizando estudos que visam à melhoria do Ensino Médico em todos os seus aspectos.

1.6 — Participação como representante da SESu no Programa Setorial de Biotérios (FINEP/CNPq/MEC/MS/FA - FESP);

A AECS também se fez representar em Comissões Instituídas pelo Ministério da Saúde como a de Desinfetantes Hospitalares, AIDS, entre outras.

2 — Participação em Mesa Redonda:

2.1 — Participação na "Mesa-Redonda" o Ensino Farmacêutico no Contexto do Ensino Superior do Brasil, por ocasião do Congresso Brasileiro de Farmácia e Bioquímica.

Tal participação teve um real significado para a Assessoria, à medida que foram aprofundados os conhecimentos sobre a dificuldade da estrutura curricular do Ensino Farmacêutico e demais aspectos do ensino. Nesta oportunidade, foi exposto e debatido todo o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Consultoria em Farmácia Hospitalar da SESu.

2.2 — Mesa-Redonda — Necessidades Nacionais no Ensino da Informática em Saúde — WORKSHOP sobre Currículos de Informática na área Médica — SP (novembro).

2.3 — Mesa-Redonda promovida pela OPAS no Seminário sobre Administração de Saúde em Situação de Emergência e Desastres, Brasília 10, 11 e 12/12.

2.4 — Participações, como expositor, na qualidade de representante do Secretário de Ensino Superior na XV Jornada Científica — Tema: "Proponha", promovida pela Associação dos Docentes do Campus de Botucatu - UNESP - 04 e 06/11.

3 — Representações

3.1 — AECS representa o MEC junto à Comissão Nacional de Saúde, nas pessoas dos Drs. João Cândido da Silva e Márcio Leite Vaz, instalada em 08/09/86.

Participantes: MS, MPAS, MEC e SEPLAN.

3.2 — *Na condição de suplente, a AECS, na pessoa do Dr. João José Cândido da Silva, representa o MEC junto à Comissão da Reforma Sanitária, instalada em 09/09/86. Órgãos envolvidos: MS, MPAS, MEC, CUT, CONCLATE e outros.*

4 — Reuniões

— *Participação em Reuniões da Comissão de Estudos sobre os Direitos da Reprodução Humana.*

Órgãos envolvidos: MS e MEC

— *Participação em Reuniões da Comissão de Recursos Humanos da CIPLAN.*

— *Reuniões com o Secretário da Saúde de Porto Alegre — Grupo Emergência — Dias 02 e 03/10 e 08, 09 e 11/08.*

— *Participação Reunião Reforma Sanitária — Salvador/BA:*

— *Participação Reuniões Comissão Poliomelite, promovidas pelo Ministério da Saúde. Brasília, 22/08, 07/08, 31/07 e 10/07.*

— *Participação junto ao Grupo Assessor do MS, voltado ao atendimento a Emergências e Calamidades Públicas. OPAS 24/25/07.*

— *Reunião CEEM em conjunto com a Plenária ABEM (Florianópolis).*

Órgãos envolvidos: CEEM, ABEM, SESu

— *Reuniões AECS e CEME sobre o Programa das Farmácias Básicas da CEME.*

— *Órgãos envolvidos: CEME/AECS Grupo Cons. Farm. Hosp.*

6 - APOIO A EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA TECNOLÓGICA

COMISSÃO COORDENADORA DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (CET)

A SESu constituiu, pela Portaria nº 68, de 15/05/86, Grupo de Trabalho para avaliar a integração do sistema de educação tecnológica com o setor produtivo, o qual apresentou, em seu Relatório Final, uma avaliação crítica do sistema de educação tecnológica e subsídios para a constituição de uma Comissão Coordenadora e para definição de uma política para o desenvolvimento da educação tecnológica no País.

Tendo por base o Relatório Final do referido Grupo de Trabalho, foi constituída pela Portaria nº 671, de 16/09/86, a Comissão Coordenadora da Educação Tecnológica de Nível Superior (CET), com as seguintes finalidades:

- Elaborar e propor uma política nacional para o desenvolvimento da educação tecnológica em nível superior;*
- Assessorar a SESu/MEC nas questões relativas ao ensino e à educação tecnológica em nível superior;*
- Acompanhar, orientar e avaliar o ensino tecnológico em nível superior, propondo as medidas necessárias ao seu desenvolvimento;*
- Acompanhar, orientar e avaliar a implantação e a consolidação dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Centro de Educação Tecnológica da Bahia, zelando pela observância de sua filosofia e objetivos;*
- Articular-se com os demais órgãos do MEC, em especial com a Secretaria de 29 Grau e com órgãos públicos e privados nas questões que digam respeito ao ensino tecnológico;*
- estudar, elaborar e propor programas, projetos e ações destinados ao desenvolvimento da educação tecnológica de nível superior;*

A SESu pela Portaria nº 149, de 09/10/86, designou os membros da CET e indicou, como seu Coordenador, o Engenheiro Francisco Luiz Danna, Secretário Executivo da CEEng.

Foram realizadas 02 reuniões da CET, tendo sido delineadas as seguintes ações:

- Tomadas as providências para a regularização da situação legal dos cursos de Engenharia da UTAM/AM, junto aos diversos órgãos envolvidos;
- Tomadas as providências para regularizar a situação legal dos cursos superiores de Tecnologia da UFRN, Campus de Macau;
- Elaboração de proposta de programa para formação e reciclagem de professores para o ensino técnico de 2º grau;
- Elaboração de proposta preliminar sobre critérios para transformação de escolas técnicas federais em CEFETs;
- Elaboração de proposta para avaliação dos cursos superiores de Tecnologia.

Em novembro, 03 membros da CET efetuaram uma viagem de estudos às principais escolas de educação tecnológica da República Federal da Alemanha (Fachhochschulen), França (IUTs) e Inglaterra (Polytechnics), com a finalidade de colher subsídios para a proposição de uma política e um plano nacional de desenvolvimento da educação tecnológica no País, bem como estabelecer contactos para futuros convênios de cooperação técnica.

CONTRA TO COM A ABENGE

Foi assinado um Contrato de Prestação de Serviços com a Associação Brasileira de Ensino de Engenharia (ABENGE), visando ao aprimoramento do ensino de Engenharia, através de apoio à produção de publicações técnicas sobre a concepção da formação profissional do engenheiro, abrangendo a publicação de 02 (duas) edições da Revista de Ensino de Engenharia e Informativo ABENGE; e apoio ao COBENGE/86 — Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, onde foram debatidos os temas:

- Avaliação da qualidade do ensino e da aprendizagem nos cursos de Engenharia; e
- Integração das instituições de ensino de Engenharia com o setor produtivo.

DESENHO INDUSTRIAL

A SESu constituiu, pela Portaria nº 72, de 29/05/86, Grupo de Trabalho com a finalidade de avaliar o ensino superior de Desenho Industrial e elaborar recomendações para a melhoria do ensino de graduação de Desenho Industrial.

O Grupo de Trabalho, após visitar todas as IES de Desenho Industrial, elaborou um Relatório onde apresenta várias recomendações, entre as quais se destacam as seguintes:

- Imediata aprovação, pelo CFE, do currículo mínimo proposto em 1979 por uma Comissão nomeada pelo MEC. O CFE, através do Parecer nº 62/87, de 29/01/87, fixou os mínimos de conteúdo e duração para o curso de Desenho Industrial e suas habilitações em Projeto do Produto e Programação Visual;*
- Constituição de uma Comissão de Especialistas de Desenho Industrial, junto à SESu;*
- Criação de cursos de pós-graduação para a formação e especialização de docentes.*

7 - APOIO ÀS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Durante o primeiro trimestre de 1986 foram promovidas reuniões e realizadas consultas junto a profissionais de bibliotecas universitárias, visando à criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias - PNBu, o qual foi aprovado a nível ministerial, através da Portaria nº 297 de 24 de abril de 1986. Na mesma data, e através da Portaria nº 288, foi criado, na SESu, o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias - PROBIB, com o objetivo de assegurar as condições necessárias à implantação do PNBu. A Secretaria Executiva do PROBIB assumiu suas funções em julho e o Comitê Técnico Assessor foi instalado em novembro.

Nos três últimos trimestres, cerca de 30% das ações mencionadas no PNBu tiveram sua implementação iniciada, o que significa que o PROBIB atuou em 18 linhas de ação, em níveis distintos, que variam desde a implantação de projetos complexos a atividades de menor porte, porém importantes para as bibliotecas universitárias.

Os principais projetos que já se encontram em fase de implantação são:

1 - "BIBLOS"

Através do Projeto BIBLOS, que se volta basicamente para apoio à aquisição de monografias para graduação, foram apoiadas 140 IES, com recursos no valor de Cz\$ 95.441.110,00. Foram analisados 290 projetos, tendo sido aprovados 107.

2 — "Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para Bibliotecas de IES - PAP"

Através do PAP foi constituída uma rede de aquisição planificada de periódicos em 19 IES, com cursos de pós-graduação. Dos 2.178 títulos de periódicos incorporados ao Programa, foram financiadas 6.625 assinaturas para essas IES.

O Programa apoiou também 35 IES de graduação, que receberam 3.008 assinaturas dos 2.178 títulos de periódicos.

O PAP em 1986 contou com Cz\$ 42.000.000,00 da SESu/PNBu e Cz\$ 7.500.000,00 da FINEP.

Em 1987, o CNPq também contribuirá para o Programa.

3 - "Estudos de uso de periódicos"

Foram iniciados estudos, realizados por especialistas, com o fim de definir metodologia para avaliação do uso de periódicos, o que viabilizará o acompanhamento do PAP.

O levantamento do uso dos periódicos nas 54 IES que integram o PAP deverá iniciar-se no 2º semestre de 1987.

4 — "Curso de Especialização para Bibliotecários de IES — BIESP"

Foram iniciados os estudos para a criação do curso, por especialistas da UnB e UFRJ. Prevê-se o oferecimento do 1º e do 2º BIESPs para o 2º semestre de 1987, com apoio da CAPES e SESu.

5 — "Tratamento e divulgação das teses brasileiras"

Através de articulação com diversos órgãos, (CAPES, Biblioteca Nacional, IES) a questão foi amplamente discutida. As conclusões finais deverão ser estabelecidas em janeiro de 1987. As atuais tendências apontam para o tratamento técnico das teses a serem realizadas pelas IES, estando o processamento e divulgação sob a responsabilidade da CAPES. Caberia à Biblioteca Nacional a preservação desses documentos. A execução do projeto, pelas diversas instituições envolvidas, terá início em 1987.

6 — "Estudo sobre estrutura organizacional das bibliotecas das IES"

O estudo está sendo realizado pela USP e deverá concluir-se em janeiro do próximo exercício. Constituir-se-á em forte instrumento para análise da situação das bibliotecas das IES, principalmente quanto à necessidade de remanejamento e/ou contratação de pessoal.

7 — "Central de Processamento para Catalogação Cooperativa"

O assunto foi objeto de diversas reuniões com profissionais da área. Em janeiro de 1987, os resultados de um grupo de trabalho, especificamente constituído para esse fim, apontarão as ações mais importantes para a condução do assunto.

8 — "5º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias — SNBU"

O PNBU participou do planejamento do 5º SNBU no qual serão apresentados trabalhos referentes à sua programação (itens 3 a 7 do presente documento), por especialistas de alto nível. Esses trabalhos serão discutidos por grupos especialmente constituídos para esse fim, que apresentarão suas recomendações ao PNBU.

9 - "COMUT"

O Programa de Comutação Bibliográfica (CAPES/IBICT) encerrou o ano de 1986 com 763 bibliotecas integrantes. Proporcionou o atendimento de 156.132 pedidos, referentes a 1.824.272 fotocópias. Em decorrência de estudo de custo, o preço das fotocópias foi diminuído, pretendendo-se com esta medida propiciar maior utilização do Programa pelo usuário.

*8 - APOIO A ADMINISTRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR*

8-APOIO Á ADMINISTRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

As ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Apoio às Instituições - CODAI, no ano de 1986, podem ser subdivididas em duas grandes linhas, além das atividades de rotina:

- 1 - Implantação do Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens nas IES Fundacionais, e*
- 2 — Elaboração e execução do Projeto "Gestão para uma Autonomia Consciente".*

I. O Plano de Cargos e Salários foi elaborado com o objetivo de consolidar não só uma estrutura de carreira isonômica, como também o desenvolvimento da Universidade e os mecanismos de ingresso, promoção e acesso, com vistas a incentivar a melhoria da qualificação funcional e maior dedicação do servidor às finalidades da organização. Contém, ainda, um conjunto de normas e procedimentos que permite à Universidade executar e implementar, de forma hábil e eficaz, sua política de administração de cargos e salários e de benefícios e vantagens do pessoal docente e técnico-administrativo.

O PCS de cada Instituição foi analisado pelo CISEE durante o mês de janeiro, tendo a CODAI prestado àquele órgão a assistência necessária, fornecendo-lhe todas as informações solicitadas pertinentes ao assunto.

Com a sua aprovação pelo CISEE, em 07 de fevereiro, e homologação, através da Portaria Ministerial nº 130, do dia 14 do mesmo mês, iniciou-se a fase de implantação do PCS, que compreendeu as seguintes etapas:

"Enquadramento" — os processos de enquadramento do pessoal docente e técnico-administrativo foram detalhadamente analisados, de acordo com as normas constantes do PCS e dos dispositivos legais relativos à matéria. Durante o período de fevereiro a maio deste ano, assessores da CODAI, juntamente com técnicos das IES, examinaram a relação nominal dos servidores, buscando, a partir da situação funcional de cada um, posicioná-los adequadamente na nova estrutura de carreira. Em seguida, o MEC encaminhou expediente aos dirigentes de todas as IES, autorizando a efetivação do enquadramento e informando sobre a liberação dos recursos necessários ao pagamento das diferenças salariais devidas a partir de janeiro/86, data da vigência do PCS.

Entretanto, apesar do cuidado com que o trabalho foi realizado, algumas Instituições, alegando a exigüidade de tempo para fornecimento das informações, solicitaram a revisão desse processo. Assim, quase de imediato, foram verificados e corrigidos os erros e omissões

ocorridos por ocasião do enquadramento.

"Hierarquização" — durante o enquadramento, mereceu especial atenção o problema relativo à hierarquização do pessoal técnico e administrativo, não observada para efeito de classificação no PCS, uma vez que o critério básico considerado foi o do salário superior mais próximo. Conseqüentemente, em todas as IES, muitos servidores posicionados em níveis diferentes, na situação anterior ao PCS, foram enquadrados no mesmo nível. Portanto, visando a preservar a hierarquia existente nas Universidades, solucionar o problema daquelas IES que não tinham planos de cargos estabelecidos e evitar que aqueles que se consideravam prejudicados recorressem à justiça, o MEC, após reuniões com a FASUBRA, representantes das Instituições e Reitores, iniciou os trabalhos para concessão da hierarquização.

De posse das várias propostas apresentadas, a CODAI levantou a repercussão financeira, a nível de cada IES, da situação funcional de cada servidor antes de tomar qualquer decisão sobre o assunto. A proposta escolhida foi aquela que beneficiava o maior número de servidores considerados globalmente, observando o tempo de serviço no cargo em que se encontrava o servidor em 31/12/85. Para que o reenquadramento desses servidores fosse promovido dentro do prazo estabelecido, a CODAI contou com a colaboração da Universidade do Rio Grande que, através do seu Centro de Processamento de Dados, emitiu listagens contendo a hierarquização de todo o pessoal técnico e administrativo de cada Universidade, com o respectivo cálculo da repercussão financeira. Após a verificação desses relatórios, as IES efetuaram as alterações que julgaram necessárias, devolvendo-os ao MEC para análise e posterior aprovação e liberação dos recursos correspondentes.

"Correção de Disfunções" — consubstanciando-se como a última das etapas que constituem a fase de implantação do PCS, a correção de desvios de função foi processada, objetivando regularizar a situação daqueles servidores que exerciam funções incompatíveis com aquelas exigidas pelo cargo para o qual foram contratados. Por ocasião do enquadramento, foi efetuada a correção das disfunções mais significativas existentes nos cargos dos Grupos Nível Médio e Apoio Operacional, restando outros casos entre estes grupos e o grupo Nível Superior que foram solucionados após a hierarquização, permitindo, assim, um maior prazo para análise dos pedidos formulados pelas IES, definição de critérios e cálculos dos custos financeiros correspondentes.

Durante toda a fase de implantação do PCS, foram mantidos contatos com a SOF/SG para informar sobre a previsão das despesas e solicitar as providências necessárias ao repasse dos recursos destinados ao pagamento dos servidores enquadrados.

De acordo com o PCS, alguns dispositivos deveriam ser regulamentados através de Portaria Ministerial.

Diante disto, a CODAI elaborou minutas de Portarias que foram discutidas detalhadamente em reunião com a participação da ANDES, FASUBRA e Reitores das IES fundacionais, tendo a aprovação das Portarias ocorrido após consenso dos três segmentos envolvidos.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DOCENTES E
PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DAS IES
FUNDACIONAIS

FUNDAÇÕES	DOCENTES	PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO			TOTAL
		APOIO OPER.	NÍVEL ■ MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR	
Fundação Universidade do Amazonas Fundação	190 960	1.117	156	227	2.342
Universidade de Brasília Fundação Universidade do	890 486	1.129	616	306	3.011
Maranhão Fundação Universidade do Rio Grande Fundação	288	825	103	239	2.057
Universidade Federal do Acre Fundação Universidade'	1.102	253	247 89	94	1.080
Federal do Mato Grosso Fundação Universidade Federal do	678 324	538	492	80	995
Mato Grosso do Sul Fundação Universidade Federal de	897	931	271	252	2.777
Ouro Preto Fundação Universidade Federal de Pelotas	1.096	1.117	225	178	2.224
Fundação Universidade Federal do Piauí Fundação	482 531	620	572	90	1.259
Universidade Federal de São Carlos Fundação Universidade	1.001	533	285	136	2.138
Federal de Sergipe Fundação Universidade Federal de	697 591	976	305	201	2.558
Uberlândia Fundação Universidade Federal de Viçosa	216 109	395	102	41	1.223
Universidade do Rio de Janeiro Fundação Faculdade de		616	756	61	1.310
Ciências Médicas de Porto		1.860	556	349	3.966
Alegre Fundação Universidade Federal de Rondônia		2.328	233	318	3.899
		966	28 29	146	1.936
		68 51		11 16	323 205
T O T A L	11.190	14.323	5.065	2.745	33.323

Durante o decorrer dos trabalhos de implantação do PCS, foi detectada a necessidade de inclusão de cargos imprescindíveis ao desenvolvimento de atividades essenciais em algumas IES. Para tanto, a CODAI analisou as propostas apresentadas pelas Instituições, encaminhando-as, posteriormente, ao C/SEE. Uma vez aprovados, os cargos constantes das mesmas foram homologados através de Portaria Ministerial.

Em resumo, o quadro a seguir demonstra o contingente de servidores das IES fundacionais após a implantação do PCS, por Grupos de Cargos.

2. O Projeto "Gestão para uma Autonomia Consciente", através da cooperação técnica interinstitucional, objetiva apoiar experimentalmente as iniciativas de algumas universidades que se propõem a desencadear processos de desenvolvimento institucional assentados na descentralização administrativa e referenciados nos resultados obtidos através de uma prática permanente de avaliação das ações da Instituição, em interação com o seu meio circundante.

No presente momento, dez Instituições de Ensino Superior estão envolvidas no processo de desenvolvimento organizacional, segundo proposta do Projeto: UFAM/UFAC/UNIR/UFMT/UFOP/FIUBE/UFPEL/UCPEL/FURG/FUNBA.

As suas atividades tiveram início em maio de 1986, encontrando-se concluídas, hoje, as fases de Sensibilização e Segmentação em cinco IES: UFAM/UFAC/UFMT/FURG/ e UFPEL.

A média de segmentos trabalhados é de (7) sete por Instituição, abrangendo vários campos do conhecimento e algumas áreas da organização. Entre os primeiros, relacionam-se:

- Biblioteconomia*
- Ciências Agrárias*
- Ciências Domésticas*
- Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*
- Educação e Licenciatura*
- Engenharia {Civil, Mecânica, Química e de Produção}*
- Geologia*
- Oceanologia*
- Saúde*
- Serviço Social*
- Sociologia Política*

A nível organizacional, enumeram-se:

- Estrutura e Processos Administrativos*
- Colegiados de Curso*
- Linhas Estratégicas*
- Desenvolvimento de Recursos Humanos*

Os produtos esperados variam, também, em sua natureza:

- modificação/redefinição de perfis profissionais;*
- reestruturação de grades curriculares;*
- montagem de projetos de ação comunitária para adequação da política de extensão às necessidades externas levantadas;*
- mapeamento municipal de potencialidades médico-sanitárias;*
- dimensionamento de mercados tanto para absorção de egressos quanto para colocação de produtos industrializados;*
- Elaboração de novas linhas de desenvolvimento institucional: redefinição de funções e redimensionamento das estruturas administrativo-organizacionais.*

Nas Universidades Federais do Amazonas, Acre e Mato Grosso, começou-se a executar a fase subsequente: a de instrumentalização e Avaliação Estratégica, quando são definidos os elementos metodológicos e as estratégias para aferição do potencial e da qualidade dos produtos em cada segmento homogêneo. Esta fase deverá estender-se até fins de 1987.

Com o objetivo de avaliar as diferentes fases implantadas, definição de estratégias de ação e elaboração de planos operativos, a Comissão Central reuniu-se três vezes em Brasília, uma em Uberlândia e duas em Uberaba.

Realizou-se em julho/agosto e setembro, com duração de três semanas, o curso de formação de multiplicadores necessários ao desenvolvimento do Projeto, que contou com a participação de dois grupos diferenciados:

- um, em fase final de formação (docentes e administradores da UFU e da FIUBE), num total de onze;*
- o outro, composto por pessoal das IES envolvidas no Programa e por assessores do Ministério da Educação iniciando a sua formação.*

Com o curso em setembro sobre Controle de Gestão, o primeiro grupo teve sua formação pedagógica complementada.

Três dos multiplicadores deste grupo já se encontram assistindo os consultores em seus trabalhos nas várias instituições, e, até janeiro de 1987, deverão inserir-se no processo mais quatro multiplicadores.

Em novembro e com duração de dois dias, realizou-se um Seminário para avaliação da metodologia desenvolvida, através da demonstração de CASOS já concluídos com seus respectivos produtos.

Este Seminário contou com a participação de representantes da SESu, CAPES, SEAI, SEPS, CEDATE e SUBIN e das Universidades já envolvidas, bem como daquelas que no próximo ano participarão do projeto.

Dentro da linha de estimular as IES a melhorar a sua eficiência nos setores acadêmico e administrativo e visando a dar cumprimento às atribuições destinadas a esta Coordenadoria, foi elaborado um "Modelo de Acompanhamento do Desempenho Gerencial das IES" que, posteriormente, com a participação de técnicos da Universidade do Mato Grosso do Sul, foi complementado com programas em linguagem de microcomputador de modo a viabilizar satisfatoriamente a operacionalização do Modelo.

No momento, o sistema já foi testado, com sucesso, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, e encontra-se em desenvolvimento e adaptação nas Universidades do Pará e Paraná e com previsão para início em março na Universidade Federal do Rio Grande.

3. Como atividades de rotina, a CODAI desenvolveu trabalhos específicos de apoio institucional, destacando-se as seguintes ações:

—realização de estudos para subsidiar a Comissão Interministerial encarregada de apresentar sugestões para efetivação da isonomia entre autarquias e fundações, com a participação do CRUB, da ANDES, FASUBRA e UNE;

—estudos e elaboração de Exposição de Motivos solicitando a contratação de docentes e pessoal técnico-administrativo para as IES federais e autorização de horas-extras necessárias ao funcionamento de cinco setores das IES (Hospital, Biblioteca, Transporte, Segurança e Vigilância e Ciências Agrárias), ambos os casos em caráter de excepcionalidade;

—levantamento de todos os Cargos Comissionados e Funções Gratificadas existentes nos PCS das IES fundacionais;

—levantamento do pessoal docente e técnico-administrativo das IES autárquicas, por grupo, cargo e nível;

—levantamento dos cargos constantes do PCS das IES fundacionais, relativos ao pessoal técnico e administrativo;

—emissão de pareceres, orientação e assistência técnica às IES nas questões relativas à aplicação da legislação de pessoal nas IES fundacionais e autárquicas;

—no âmbito das IES Autárquicas, esta Coordenadoria prestou assistência técnica necessária à administração da política de pessoal docente e técnico-administrativo. Dentre as atividades mais significativas foram analisadas muitas propostas de contratação de pessoal, solicitação de alteração de regimes de trabalho para professores, sendo muitas liberadas favoravelmente, bem como levantamento de dados sobre a situação do corpo docente por classe e técnico administrativo por grupo e referência demonstrado em quadro resumo a seguir:

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE DOCENTES E PESSOAL
TÉCNICO ADMINISTRATIVO DAS AUTARQUIAS**

1986

AUTARQUIAS	DOCENTES	TÉCNICO ADMINISTRATIVO		TOTAL
		NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO	
Universidade Federal de Alagoas	872	242	1.083	2.197
Universidade Federal da Bahia	2.409	540	2.299	5.248
Universidade Federal do Ceará	1.533	633	3.324	5.490
Universidade Federal do Espírito Santo	1.322	295	1.576	3.193
Universidade Federal Fluminense	2.825	1.059	4.207	8.091
Universidade Federal de Goiás	1.310	317	2.003	3.630
Universidade Federal de Juiz de Fora	925	78	838	1.841
Universidade Federal de Minas Gerais	3.466	533	3.748	7.474
Universidade Federal do Pará	1.725	231	1.611	3.567
Universidade Federal da Paraíba	3.184	915	5.153	9.252
Universidade Federal do Paraná	1.961	387	2.221	4.569
Universidade Federal de Pernambuco	2.286	633	3.324	6.243
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2.355	422	3.700	6.477
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2.619	447	2.610	5.676
Universidade Federal do Rio de Janeiro	3.597	995	5.022	9.614
Universidade Federal Rural de Pernambuco	500	110	924	1.534
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	616	77	1.267	1.960
Universidade Federal de Santa Catarina	1.972	533	2.406	4.911
Universidade Federal de Santa Maria	1.275	363	2.126	3.764
Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas	124	5	101	230
Escola Federal de Engenharia de Itajubá	143	22	309	473
Escola Paulista de Medicina	553	609	2.200	3.362
Escola Superior de Agricultura de Lavras	192	9	368	569
Escola Superior de Agricultura de Mossoró	84	27	300	411
Faculdade de Ciências Agrárias do Pará	131	33	427	591
Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	116	77	592	785
Faculdade de Odontologia de Diamantina	40	6	46	92
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro	492	22	159	673
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	406	27	166	599
Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná	455	28	209	692
Centro de Educação Tecnológica da Bahia	149	50	152	351
TOTAL GERAL	39.363	9.725	54.471	103.832

9 - PROGRAMAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9 - PROGRAMAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O programa de Trabalho da Coordenadoria de Programação e Articulação, para o corrente exercício, teve seus contornos delineados a partir da política da atual administração e da avaliação interna do papel que deveríamos assumir enquanto órgão de programação orçamentária. Tal avaliação apontava, em primeiro lugar, a necessidade inadiável de atuação da CPA, de maneira mais próxima, mais presente e mais transparente junto às Instituições de Ensino Superior Supervisionadas, como condição indispensável para a tarefa de investigação, análise e avaliação da realidade com a qual trabalhamos. De outro lado, impunha-se a busca de um relacionamento mais estreito com o órgão setorial de planejamento e orçamento do Ministério para tratamento de questões específicas.

AÇÕES:

Durante o ano de 1986, esta Coordenadoria desenvolveu atividades relacionadas com a programação orçamentária das IES e estudos mais amplos sobre a realidade orçamentária do MEC e Instituições de Ensino Superior, em particular, indispensável à tomada de decisões de relevo. Um pequeno relato dessas ações está detalhado a seguir.

MODELO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DE OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL AS IES FEDERAIS

A Coordenadoria de Programação e Articulação (CPA), há mais de 10 (dez) anos, adota critérios para distribuir recursos de OCC destinados às Instituições Federais de Ensino Superior — IES. Tais critérios compõem um "modelo" simplificado que, ao longo do tempo, vem sofrendo modificações e ajustes, na busca do seu aprimoramento.

Como instrumento de concepção e utilização da SESu, que objetiva garantir a distribuição dos recursos da forma mais adequada, livre de ingerências políticas, reclama constante atualização para que se firme, seja confiável, imparcial e inteiramente acatada no âmbito das IES.

Com esta preocupação e considerando os princípios que orientam a atual Administração deste Ministério, a CPA levou às IES a discussão acerca do Modelo de Alocação, até então adotado, como critério básico de distribuição do teto de OCC para, sob a orientação da CPA, ser estudado, criticado, reformulado ou apresentados modelos alternativos.

O modelo em questão foi, num primeiro momento, objeto de algumas modificações resultantes de apreciações realizadas em reuniões entre técnicos da CPA e Pró-Reitores de Planejamento de cinco IES. Deste estudo, extraiu-se uma proposta embrionária, já modificada, com acréscimo de algumas variáveis e substituição de outras, ensejando novas avaliações e novos testes.

O passo seguinte foi ampliar o número de IES participantes, o que se concretizou no Encontro de Trabalho realizado nos dias 21, 22 e 23 de outubro, no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, envolvendo 15 Instituições. Neste Encontro, três propostas distintas foram apresentadas. Não havendo consenso entre os grupos que as formularam, quer quanto às variáveis que comporiam o modelo, quer quanto à sua operacionalização, decidiu-se que as três sugestões seriam testadas para, posteriormente, ser escolhida a que melhor atendesse à maioria das IES. A discussão para tal escolha será realizada num novo Encontro de Trabalho, em março próximo.

2 - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AS IES NÃO-FEDERAIS

A SESu vem-se empenhando em apoiar o sistema educacional superior de modo a permitir que ele possa responder satisfatoriamente à política do Ministério e às solicitações da Sociedade. A atividade "Assistência Financeira a Entidades Universitárias Não-Federais" representa uma das formas desse apoio. O objetivo principal desta atividade é auxiliar financeiramente instituições de ensino superior não-federais em atividades voltadas para a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, buscando, assim, alcançar melhores padrões de qualidade.

Nos últimos anos, a concessão de recursos às IES não-federais vem aumentando significativamente.

PROGRAMA: ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A ENTIDADES
UNIVERSITÁRIAS NÃO FEDERAIS

Cz\$

UNIDADES FEDERAÇÃO	REGIME JURÍDICO			TO T A L
	PARTICULAR	ESTADUAL	MUNICIPAL	
ALAGOAS	—	1.000.000	-	1.000.000
BAHIA	8.800.000	1.500.000	-	10.300.000
CEARÁ	1.000.000	4.922.472	-	5.922.472
DISTRITO FEDERAL	3.944.900	-	-	3.944.900
ESPÍRITO SANTO	1.000.000	-	-	1.000.000
GOIÁS	3.800.000	-	-	3.800.000
MARANHÃO	-	10.000.000	-	10.000.000
MINAS GERAIS	9.348.000	1.150.000	-	10.598.000
PARANÁ	3.700.000	1.445.100	11.589.900	16.735.000
PARAÍBA	800.000	-	4.000.000	4.800.000
PERNAMBUCO	5.000.000	-	-	5.000.000
PIAUÍ	1.000.000	-	-	1.000.000
RIO DE JANEIRO	22.708.400	100.000	-	22.808.400
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	1.000.000	1.000.000
RIO GRANDE DO SUL	32.968.400	-	-	32.968.400
SANTA CATARINA	-	1.314.257	6.400.000	7.714.257
SÃO PAULO	25.495.300	4.177.528	4.000.000	33.672.828
TOT A L	119.565.000	25.609.357	26.989.900	172.164.257

Em 1986, foram concedidos recursos da ordem de Cz\$ 172.1 milhões, beneficiando 94 instituições. Parte significativa destes recursos é proveniente do FNDE. A distribuição dos recursos entre as IES está apresentada no quadro a seguir.

Além da análise e seleção das solicitações apresentadas, preocupou-se a CPA com a retomada da discussão acerca dos critérios de distribuição de recursos às IES Não-Federais, buscando seu aprimoramento e definindo algumas linhas de atendimento prioritário. A discussão resultou no aperfeiçoamento do antigo modelo técnico, cujas formulações estão sendo apreciadas pela administração da SESu.

Ainda como consequência da discussão mencionada, propôs a CPA que as solicitações de recursos fossem acompanhadas de informações mais consistentes sobre situação financeira e acadêmica das instituições não federais. Para tanto, foram elaborados formulários permitindo a esta Coordenadoria uma apreciação crítica da IES, ao mesmo tempo em que alimentará o modelo técnico.

3 - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A CPA participou este ano de processo inédito no Ministério de discussão conjunta entre SEPLAN e SOF da Secretaria-Geral e Secretarias-fim. Dessa discussão, realizada em Brasília, participaram também Pró-Reitores de Planejamento de algumas IES e representantes de Escolas Técnicas Federais, co-responsáveis pelo seu sucesso.

A discussão teve como tema central a busca do aperfeiçoamento do elenco de projetos e atividades do Ministério e suas supervisionadas. Tal aperfeiçoamento se caracterizou pela melhor descrição de seus objetivos, metas e unidades de medida.

Outro tema debatido exaustivamente naquela oportunidade foi a importância da elaboração de uma pré-proposta orçamentária, entendida muito mais como um plano de ação anual das IES, do que a simples adequação de dotações restritas a formulários excessivamente simplificados.

As IES presentes manifestaram-se bastante favoráveis a esta iniciativa, a nível de Ministério, retomando, desta forma, um trabalho anterior à elaboração da Proposta Orçamentária propriamente dita, nos mesmos padrões trabalhados pela SESu, desde meados da década de 70.

Não menos importante foi a discussão sobre a necessidade de se elaborar um Manual de Instruções para a Proposta Orçamentária de 1988, diferindo daquele tradicionalmente apresentado pela SEPLAN/PR quanto ao seu caráter específico, voltado exclusivamente para o interesse das IES.

4 - CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA 1986 - IES FEDERAIS: - UM ESTUDO

Este estudo foi resultado de levantamento criterioso, realizado pela CPA, acerca das necessidades das IES Federais de crédito orçamentário adicional, para o exercício de 1986. Solicitadas a pronunciar-se a respeito, as IES encaminharam a esta Coordenadoria estudos detalhados sobre sua difícil situação orçamentária e seus reflexos sobre a atividade acadêmica em geral. Tais estudos ofereceram à CPA subsídios sólidos para estimativa de crédito extra-orçamentário para aquele exercício.

O documento, em questão, parte da caracterização do universo das IES federais, dimensionando-as em termos de Alunado, Corpo Docente, Cursos oferecidos nos diversos níveis, bem como área física a ser mantida.

Na etapa seguinte, são resumidos os principais problemas vivenciados pelas IES, destacando-se sua luta pela manutenção básica, afora Equipamentos, Recuperação de Imóveis, Hospital, Monitoria, Biblioteca, Pasep, entre outros itens, que estão a merecer maior apoio.

Nas considerações sobre a situação orçamentária atual das IES federais é apresentada uma análise comparativa com o orçamento do Ministério, destacando-se gastos com Pessoal e Outros Custeios e Capital. Ficou evidenciada a queda brutal de recursos de OCC frente ao orçamento global das IES Federais.

O documento concluiu pela necessidade de crédito adicional no valor de Cz\$ 1.022 milhões, sendo encaminhado à Secretaria-Geral deste Ministério. O montante solicitado, representando uma parcela pequena dos recursos públicos já aplicados nas IES, naquele ano, significava no entanto, a condição essencial para que o patrimônio que administra pudesse reverter plenamente todo seu potencial em benefício da Sociedade.

Apesar da necessidade mínima, real, de recursos solicitados pela SESu, o órgão setorial deste Ministério entendeu que tais recursos deveriam ser parcelados, resolvendo conceder, inicialmente, uma quantia pequena (Cz\$ 350 milhões), deixando dúvidas quanto à liberação do restante. Posteriormente, foram liberadas duas outras parcelas, no valor de Cz\$ 150 e Cz\$ 200 milhões, respectivamente, totalizando Cz\$ 700 milhões. Tal procedimento inviabiliza o processo de planejamento de qualquer órgão.

O crédito suplementar (Cz\$ 700 milhões), somado à dotação inicial, no valor de Cz\$ 867 milhões, resultou na importância de apenas Cz\$ 1.567 milhões para OCC, para todo o universo de IES Federais.

A par disso, foi elaborado estudo em que se analisa a participação orçamentária das IES no Orçamento global do MEC, após o advento da chamada "Emenda Calmon".

Nesse sentido observou-se que a participação de Pessoal das IES manteve-se inalterada no patamar de 89% das despesas semelhantes ao nível do MEC. Entretanto, no que diz respeito a OCC, decaiu de uma média de 56% em 1980 para 18%, em 1986.

Os quadros a seguir detalham os recursos concedidos às IES Federais, em 1986.

5 - PROGRAMA DE TRABALHO MEC/SESu/HPRF/OPS

Este programa engloba um conjunto de ações voltadas para questões de Planejamento e Administração de Hospitais, a saber:

Ação I: "Capacitação de Recursos Humanos", absorvendo os projetos:

a) "Cursos e Treinamentos", com objetivo de qualificar recursos humanos em Planejamento e Administração Hospitalar, através da realização de cursos a nível de aperfeiçoamento e especialização. Durante este ano, foram organizados três cursos:

—Apuração e Controle de Custos Hospitalares

—Análise de Custos Hospitalares

—Serviço de Arquivo Médico e Estatística — SAME

b) "Educação Continuada" - este projeto objetiva implementar o processo de formação dos técnicos de planejamento e administração hospitalar, visando permanente aprimoramento profissional. Prevê-se, dentro deste projeto, atividades relacionadas com divulgação de trabalhos de interesse geral, elaborados por técnicos dos Hospitais Próprios da Rede Federal do MEC, e outros organismos nacionais e internacionais ligados ao Setor Saúde. É prevista, também neste projeto, a realização de encontros com técnicos de Administração Hospitalar para avaliar e debater os principais problemas ligados à Administração e Planejamento dos HPRF, como ainda ampliar o intercâmbio de experiências e técnicas do interesse comum.

No exercício de 1986, a CPA programou dois Encontros Regionais, um no Amazonas e outro no Paraná, reunindo os técnicos ligados a todos os HPRF.

Ação II: "Melhoria do desempenho dos Hospitais Próprios da Rede Federal do MEC) — esta ação engloba dois projetos:

a) "Diagnóstico dos HPRF/MEC", com objetivo de retratar sua situação no tocante à estrutura organizacional.

b) "Consultorias em Administração Hospitalar" — este projeto visa à proposição de medidas relativas ao melhor desempenho organizacional dos HPRF do MEC, decorrentes dos diagnósticos efetuados ou por solicitação específica.

Durante o ano de 1986, esta ação não pode ser concretizada.

Ação III: "Articulação Interinstitucional" — pretende-se com esta ação promover conhecimento de experiências válidas na área de Administração e Planejamento Hospitalar, estimulando a articulação que já vem sendo desenvolvida com o Ministério da Saúde, da Previdência e Assistência Social e outras Instituições federais, estaduais e municipais.

Cabe ressaltar a articulação com a Organização Pan-Americana de Saúde, através do Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

ENTIDADES SUPERVISIONADAS	POSIÇÃO EM 1986		
	PESSOAL	OCK	TOTAL
4513 - Centro Federal de Educação Celso Suchow da Fonseca	74.190.220	8.316.380	82.506.600
4518 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.....	67.116.850	7.028.600	74.145.450
4522 - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná	74.842.794	7.901.200	82.743.994
4332 - Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas	27.926.423	4.409.110	32.335.523
4533 - Escola Federal de Engenharia de Itajubá	43.607.830	8.956.800	52.564.630
4534 - Escola Paulista de Medicina	260.953.660	44.735.862	305.689.522
4535 - Escola Superior de Agricultura de Lavras	52.201.400	12.630.700	64.832.100
4536 - Escola Superior de Agricultura de Mossoró	30.729.568	6.025.000	36.754.668
4537 - Faculdade de Ciências Agrárias do Pará	50.332.764	7.355.900	57.688.644
4538 - Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	59.217.360	11.645.400	70.862.760
4539 - Faculdade de Odontologia de Diamantina	12.059.240	2.571.200	14.630.440
4540 - Universidade do Rio de Janeiro	189.033.420	20.170.764	209.204.184
4541 - Fundação Universidade do Amazonas	279.317.800	27.074.500	306.392.300
4542 - Fundação Universidade de Brasília	395.095.450	50.872.640	445.968.090
4543 - Fundação Universidade do Maranhão	285.481.410	22.241.354	307.722.764
4544 - Fundação Universidade do Rio Grande	169.871.920	30.246.700	200.118.620
4545 - Fundação Universidade Federal de Uberlândia.....	406.512.550	29.596.800	436.109.350
4546 - Fundação Universidade Federal do Acre	118.871.980	10.834.700	129.706.680
4547 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	356.577.480	30.060.151	396.637.631
4548 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	120.328.910	14.240.959	134.569.869
4549 - Fundação Universidade Federal de Pelotas	317.658.900	24.650.478	342.319.373
4550 - Fundação Universidade Federal do Piauí	286.010.770	23.234.100	309.294.870
4551 - Fundação Universidade Federal de São Carlos	174.750.990	18.484.900	193.235.890
4552 - Fundação Universidade Federal de Sergipe	164.016.940	24.295.000	188.311.940
4553 - Fundação Universidade Federal de Viçosa	406.340.310	38.576.200	444.916.510
4554 - Universidade Federal de Alagoas	235.961.690	26.113.800	262.075.490
4555 - Universidade Federal da Bahia	549.161.869	71.009.900	720.171.769
4556 - Universidade Federal do Ceará	477.911.427	50.228.600	528.140.027
4557 - Universidade Federal do Espírito Santo	332.745.062	36.061.700	368.806.762
4558 - Universidade Federal de Goiás	370.267.710	38.615.063	408.882.773
4559 - Universidade Federal Fluminense.....	758.968.529	61.821.000	820.789.529
4560 - Universidade Federal de Juiz de Fora	196.196.520	31.047.590	227.244.110
4661 - Universidade Federal de Minas Gerais	939.455.896	87.798.200	1.027.254.095
4562 - Universidade Federal do Pará	418.001.290	51.646.900	469.648.190
4563 - Universidade Federal da Paraíba	881.652.770	64.599.600	946.252.370
4554 - Universidade Federal do Paraná.....	517.822.853	67.484.075	585.306.928
4565 - Universidade Federal de Pernambuco	664.029.840	68.918.500	732.948.340
4566 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	622.841.206	44.009.800	666.851.006
4567 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	741.649.620	62.770.300	804.419.920
4568 - Universidade Federal do Rio de Janeiro	1.176.827.203	218.198.100	1.395.025.303
4569 - Universidade Federal de Santa Catarina	547.953.480	50.290.942	598.244.422
4570 - Universidade Federal de Santa Maria	398.759.776	45.412.900	444.172.676
4571 - Universidade Federal Rural de Pernambuco	150.066.560	20.289.900	170.356.460
4572 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	178.115.753	24.236.165	202.351.913
4573 - Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	206.241.190	17.449.380	223.690.570
4574 - Hospital das Clínicas de Porto Alegre	122.707.017	18.370.042	141.077.053
4577 - Centro de Educação Tecnológica da Bahia	24.150.560	10.108.400	34.258.950
4586 - Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre	39.126.690	12.985.300	52.111.990
— Fundação Universidade Federal de Rondônia.....	20.555.050	6.396.700	26.951.750
	15.104.216.600	1.672.078.245	16.776.294.845

6- ROTINA

Como tarefas de rotina envolveu-se a CPA em questões pertinentes a:

- a) Elaboração e discussão da proposta orçamentária da SESu;*
- b) Cadastramento a Análise das solicitações de recursos extra-orçamentários;*
- c) Apuração e Acompanhamento dos Custos Hospitalares;*
- d) Acompanhamento da execução orçamentária da SESu e das IES Federais, no tocante aos recursos do Tesouro e Outras Fontes;*
- e) Operacionalização dos créditos suplementares concedidos às IES Federais;*
- f) acompanhamento da Força de Trabalho das IES Federais;*
- g) Acompanhamento da execução orçamentária e financeira das IES Federais;*
- h) Informações e Pareceres sobre processos em tramitação na CPA.*

10 - AS COMISSÕES DE ESPECIALISTAS

1 -ADMINISTRAÇÃO

A instalação da Comissão de Especialistas de Administração foi em 09/04/86, no Gabinete do Ministro, seguindo-se a primeira reunião com o Secretário da Educação Superior e a Secretária Executiva,

Foram realizadas Reuniões Ordinárias em Brasília com a presença dos membros designados e alguns consultores convidados para debaterem assuntos como currículos mínimos, bibliografia mínima e diagnóstico dos cursos.

O Plano de Ações proposto foi submetido à SESu, sendo aprovado, mas tendo sido impedido de ser operacionalizado por não dispor de recursos alocados para esse fim.

Foi elaborada a proposta de 1987, esperando-se liberar recursos para sua implementação.

Houve também participação dos membros da CEAd na 1ª Reunião da ANPAD; na reunião da MA., para discutir a ENAP; na reunião da ENBRA, mesa redonda sobre Currículo. Reunião de Avaliação Externa do PNU; reunião sobre Avaliação de Cursos de Graduação.

Na participação da Comissão no Programa Nova Universidade, foram avaliados os projetos específicos da área e aprovados os recursos na 2ª etapa dos projetos.

As reuniões de Coordenadores contou sempre com a presença do Dr. Clóvis Luiz Machado da Silva.

Embora o alto nível dos trabalhos, a elaboração de propostas não pode ser operacionalizada por falta de recursos.

Foram realizadas 5 reuniões, sendo duas em abril, uma em julho, outra em setembro (na reunião da ANPAD em Florianópolis) e a última em outubro de 1986.

2 -ARQUITETURA E URBANISMO

A Comissão de Especialistas de Arquitetura e Urbanismo realizou quatro reuniões no corrente ano, tratando do desenvolvimento dos seguintes trabalhos:

—Análise de projetos específicos da área de arquitetura encaminhados ao PNU;

—Elaboração de um documento sobre o Relatório "Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira";

— *Reformulação do Projeto de Melhoria de Graduação em Arquitetura — PMEG/ARQ;*

— *Preparação do VIII Encontro Nacional de Ensino de Arquitetura.*

Foram realizadas também visitas, por integrantes da CEAU, a cinco Escolas de Arquitetura do Rio Grande do Sul e uma de Campo Grande.

3 - CIÊNCIAS AGRÁRIAS

As atividades desenvolvidas pela Comissão de Especialistas de Ciências Agrárias, durante o ano de 1986, abrangeram os seguintes itens principais:

"19 SEMESTRE DE 1986"

— *análise preliminar dos Projetos do PRONAGRI/PNU;*

— *editoração, publicações técnicas envolvendo a Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior — ABEAS, contando com a liberação de recursos pela SESu/MEC num total de Cz\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzados);*

— *diagnóstico de Curso Superior de Tecnologia;*

— *elaboração do Plano Operacional do PRONAGRI.*

"29 SEMESTRE DE 1986"

— *revisão e conclusão das análises e recomendações de 312 Projetos do PRONAGRI/PNU;*

— *preparação das informações da análise de projetos PRONAGRI/PNU, com vistas à execução e ao acompanhamento nas IES;*

— *preparação de acordo de cooperação Brasil-França na área de Ciências Agrárias;*

— *foram realizadas 03 reuniões ordinárias (março, abril e agosto), tendo-se ainda participado da XXVI reunião anual da ABEAS em Belém/PA - (out. 86).*

4 - COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Comissão de Especialistas de Comunicação foi instalada em 12 de dezembro de 1985 e, em sua primeira reunião, nesta data, elegeu Coordenador o Professor JOSÉ MARQUES DE MELO, da USP, e Vice-Coordenador o Professor LÉLIO FABIANO DOS SANTOS, da PUC/MG.

A CCS definiu, ainda nesta reunião, as prioridades de atuação da Comissão para o ano de 1986, quais sejam: a questão da infra-estrutura laboratorial dos cursos de Comunicação

Social (Resolução 02/84 do CFE); a realização de um Diagnóstico do Ensino Superior de Comunicação Social (equipamentos, docência, mercado de trabalho, etc); apoio à reciclagem e especialização dos professores de Comunicação Social; a informatização dos cursos de Comunicação Social.

A reunião seguinte da CCS (abril) foi dedicada ao planejamento do Diagnóstico que tem como objetivo captar as lacunas profissionais dos cursos mantidos pelas instituições públicas e privadas, propiciando elementos para a estruturação de um Programa de Melhoria do Ensino da Comunicação Social, PMEG/CS.

Na 3ª reunião (junho), a Comissão deu andamento à preparação do diagnóstico, cujo projeto foi dividido em 03 partes:

- 1. Preenchimento de formulário/síntese por cada escola, fornecendo dados sobre a situação final do curso;*
- 2. Realização de Seminário de Avaliação do Ensino da Comunicação Social:*
 - a) Avaliação do Ensino da Graduação Cinema, Jornalismo, Relações Públicas, Produção Editorial, Publicidade e Propaganda e Radialismo;*
 - b) Avaliação do Desempenho Institucional (Universidades Públicas e Universidades Privadas);*
- 3. Visitas "in loco", por amostragem.*

A partir dos dados obtidos nos formulários e dos depoimentos e relatórios das reuniões do Seminário e das visitas, a CCS decidiu que encomendará a especialistas da Comunidade Acadêmica perfis do desempenho institucional das entidades que mantêm cursos de Comunicação Social. Este trabalho subsidiará a elaboração, pela CCS, do Programa de Melhoria do Ensino de Graduação de Comunicação Social, assim definido:

1ª fase: 1986/1987

- a) Melhoria dos Equipamentos e Laboratórios*
- b) Capacitação e Reciclagem do Corpo Docente*
- c) Informatização.*

2ª fase: 1987/1988

- a) Redefinição Curricular*
- b) Bibliografia Básica*
- c) Conteúdo do Ensino*
- d) Desempenho Profissional (Projetos Laboratoriais Estágios).*

Nas reuniões seguintes (setembro, outubro e novembro), a CCS deu andamento ao PMEG/CS elaborando um Programa Emergencial que tem por objetivo dotar as IES Federais de recursos para a implantação de seus laboratórios curriculares.

A CCS chegou à conclusão de que haverá necessidade de recursos da ordem de Cz\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados) que deverão ser incluídos no orçamento da SESu para o ano de 1987. Deu também andamento à elaboração do diagnóstico dos cursos de Comunicação Social, fazendo análise preliminar da situação dos cursos a partir dos formulários recebidos das IES e de relatórios de visitas e promovendo reuniões de depoimentos de professores e personalidades ligadas às áreas de Cinema e Jornalismo (setembro) e Produção Editorial e Relações Públicas (novembro) e sobre o desempenho institucional das Universidades Públicas: Federais, Estaduais e Municipais (outubro-relatório, em anexo, encaminhado ao Sr. Secretário da SESu).

Durante o ano de 1986, a CCS também foi Comitê de Avaliação dos Projetos de Melhoria do Ensino da Comunicação Social do PNU, 1ª e 2ª fases, recomendando projetos de implantação de laboratórios e órgãos laboratoriais (jornais, revistas, agências) que visassem agilizar a implantação do currículo mínimo de Comunicação Social.

No 29 semestre de 1986, a CCS participou, ainda, com os Senhores Subsecretários da SESu, de reuniões destinadas a debater a questão da Avaliação Institucional, tendo a Comissão se posicionado contra a auto-avaliação por considerá-la complacente e reafirmado o seu parecer de que a Avaliação Institucional padroniza, em lugar de definir vocações de IES; e que, a longo prazo, em vez de estimular a Universidade de Excelência, pode induzir ao ensino pago do 3º grau e ao retrocesso do atual processo de emancipação/autonomia vivido pela Universidade nos últimos anos.

A CCS encontrou algumas dificuldades na sua atuação com especialidade no que se refere aos recursos e a alocar a implementação do programa emergencial (implantação de laboratórios curriculares), e à forma como as IES poderão utilizar esses recursos em pulverizá-los. Neste ponto, foi sugerida a colaboração da FUNTEVE no sentido de patrocinar a importação de um "pacote" de equipamentos de laboratórios de TV para repassar às IES. Outra dificuldade da Comissão diz respeito aos recursos à disposição para que possa dar continuidade ao seu programa de trabalho, definido na 1ª reunião de 12 de dezembro de 1985.

Entretanto, todos os membros da CCS estão confiantes no empenho da SESu em dar solução a estes e outros problemas enfrentados pela Comissão e pelos cursos de CCS para que aquela possa atuar, realmente, como canal entre o MEC e os cursos de Comunicação Social do país.

5 - ECONOMIA

Em 22 de janeiro de 1986, foi instalada a Comissão de Especialistas de Economia, tomando posse, portanto, 07 membros. Seguido este momento, a equipe reuniu-se e elegeu a coordenadora da comissão.

Na reunião seguinte, a comissão analisou projetos de 1ª fase do PNU concernentes à área de Economia e discutiu o Plano de Trabalho a ser desenvolvido, mais dois membros tomaram posse.

O Plano de Trabalho acima mencionado contempla:

— "execução, a curto prazo, de um diagnóstico da situação do ensino de 39 grau em Economia, visando à elaboração futura de mecanismos de avaliação";

— elaboração de um Plano Emergencial para alocação de recursos no sentido de eliminar carências e deficiências claramente identificadas nos cursos de graduação em Economia;

— elaboração de estudos aprofundados dos rumos do ensino de Economia, visando à análise crítica de suas características básicas e definição de programas de atuação a longo prazo".

A comissão fez contato com o CFE, havendo solicitado a esse órgão maior entrosamento dos trabalhos.

Em um outro momento, a comissão, havendo optado pelo Plano Emergencial para trabalho imediato, fez detalhamento do mesmo e aprovou critérios para alocação de recursos aos Programas do Plano Emergencial.

Elaborou, também, questionário para cadastramento das IES, solicitando às mesmas preenchimento, objetivando facilitar o trabalho da comissão.

Participação nos dias 01 e 02 na reunião destinada a debater a Problemática da Avaliação dos Cursos de Graduação, com a presença de Subsecretários da SESu, Coordenadores e Secretários Executivos das comissões.

Em sua última reunião deste ano, a comissão dedicou toda a pauta ao julgamento dos projetos enviados pelas IES que desejam participar do Plano Emergencial. Foram analisados projetos provenientes de 33 IES, havendo sido contempladas algumas, de modo integral, outras, parcial e algumas condicionadas ao encaminhamento do cadastro, totalizando, portanto, 27 o número de instituições com projetos aprovados e 06 negados.

As linhas de atuação contempladas no Plano Emergencial são: Infra-estrutura, Didática, Intercâmbio, Biblioteca e Reciclagem.

A comissão aguarda da SESu liberação dos recursos aprovados para comunicação às IES.

"Reuniões realizadas em 1986"

22/01 — Instalação da Comissão

22 e 23/04 - 2ª Reunião

02 e 03/06 - 3ª Reunião

11 e 12/08 - 4ª Reunião (19 extraordinária)

01 e 02/09 - 5ª Reunião

26 e 28/10 - 6ª Reunião

6 - EDUCAÇÃO FÍSICA

A Comissão de Especialistas de Educação Física - CEEF, constituída pela Portaria Ministerial nº 83, de 31 de janeiro de 1986 (DO de 03/02/86 - Seção II - p. 504), com as atribuições da Portaria Ministerial nº 706, de 05 de setembro de 1985 (DO de 06/09/85 - Seção I - p. 13.152) foi instalada em solenidade realizada no Salão de Atos do Gabinete do Ministro da Educação, às 14 horas do dia 16 de abril próximo passado.

A Secretária-Executiva da referida Comissão, designada pela Portaria SESu nº 43, de 09 de abril de 1986 (DO de 10/04/86 - Seção II - p. 1.730) assumiu suas funções na mesma data da Comissão.

Quatro reuniões ordinárias da CEEF foram realizadas no corrente ano; as três primeiras, em Brasília e, a última, em Recife, de acordo com o cronograma a seguir:

REUNIÃO ORDINÁRIA	DIAS	MES
Iª	16, 17 e 18	abril
IIª	1º, 02 e 03	julho
IIIª	10, 11 e 12	setembro
IVª	10, 11 e 12	dezembro

As ações mais relevantes ocorridas durante o ano em curso foram:

1. Eleição do Coordenador da CEEF;
2. Elaboração de um plano de ação da CEEF;
3. Calendário das reuniões ordinárias para 1986;
4. Plano de Trabalho para o período 86/87;
5. Plano orçamentário correspondente ao ano de 1986;
6. Planejamento de um trabalho de "Diagnóstico da Educação Física, nos Cursos Superiores, no Brasil".

— Consultas a órgãos e setores, além de conferências de assessores do SEEC sobre aspectos relevantes dos questionários, com vistas à coleta de dados indispensável à ação prioritária da CEEF — "Diagnóstico da Educação Física, nos Cursos Superiores, no Brasil";

— Levantamento de indicadores e das variáveis intervenientes no diagnóstico; --

Análise de inquéritos existentes no SEEC;

— Formulação de sugestões de novas informações a serem coletadas e de outros in-

quérios.

7. *Análise dos Projetos de Lei nºs 7.539/86 e 7.687/86, oriundos do Congresso Nacional e versando sobre a legalização da profissão de Professor de Educação Física;*

8. *Análise de projetos do PNU, na 1ª e na 2ª fases do programa;*

9. *Participação no Encontro Regional das Associações Brasileiras de Professores de Educação Física, realizado em Fortaleza, de 16 a 18 de outubro de 1986;*

10. *Participação no Congresso do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte — CBCE, realizado em Recife, de 13 a 15 de dezembro de 1986;*

11. *Listagem dos cursos de Educação Física mantidos pelas IES brasileiras e suas respectivas Portarias de autorização e reconhecimento;*

12. *Projetos dos Encontros Regionais de Avaliação da Graduação em Educação Física, com a participação das IES que ministram cursos dessa natureza;*

— *do Norte/Nordeste*

— *do Sudeste e Centro-Oeste*

— *de São Paulo*

— *do Sul*

+ *Realização sujeita à liberação de verba necessária.*

13. *Análise do novo currículo do curso de Educação Física, proposto pelo CFE, e respectivo parecer.*

Grande parte do conteúdo do Plano de Trabalho da CEEF, previsto para 1986, deixou de realizar-se devido à não-liberação da verba solicitada.

Em decorrência desse imprevisto, o trabalho da Comissão de Especialistas de Educação Física ficou adstrito às quatro reuniões ordinárias, nas quais foram elaborados planos diversos, o projeto de diagnóstico e pareceres sobre Projetos de Lei e sobre os projetos da área de Educação Física do PNU.

Se o trabalho da CEEF, no decorrer de 1986, não pôde ser expresso concretamente, grande parte da culpa pode ser atribuída à não-liberação da verba solicitada, "conditio sine qua non" à efetivação das atividades, pela Comissão.

7-ENFERMAGEM

A Comissão de Especialistas de Ensino de Enfermagem CEEEnf, da SESu/MEC, foi instituída pela Portaria Ministerial nº 778 de 04/10/85, com a finalidade de assessorar a SESu nas

questões de ensino de graduação de enfermagem e no desenvolvimento do Programa Nova Universidade, na área de enfermagem.

A Comissão instalada pelo Sr. Ministro da Educação, em 19 de dezembro de 1985, iniciou seu trabalho nesta data, com o objetivo de contribuir para a melhoria do ensino de graduação de enfermagem no País.

Decorrido um ano de trabalho, a CEEEnf apresenta à Subsecretária da Educação Superior um relato de suas atividades.

—COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

De acordo com a Portaria acima referida, a CEEEnf foi, inicialmente, composta dos seguintes membros:

- Vilma de Carvalho — UFRJ — Coordenadora
- Neuza Aparecida Ramos - PUC/PR - Secretária
- Yoriko Kamiyama — USP
- Neide Maria Freire Ferraz — ABEn
- Tereza de Jesus Sena — COFEn
- Aliana Almeida Sena — MS
- Laura Tavares Ribeiro Soares - MPAS/INAMPS
- Luiza Aparecida T. Costa — SESu /MEC - Secretária Executiva

A Comissão sofreu modificações a partir do 29 semestre de trabalho, com as seguintes alterações:

— Substituição da enfermeira Alina Almeida de Souza, do MS, pela enfermeira Joana Azevedo da Silva.

— Substituição da enfermeira Laura Tavares Ribeiro Soares do MPAS/INAMPS, pela enfermeira Iara de Moraes Xavier.

— Substituição da Secretária Executiva — Profa. Luiza Aparecida Teixeira Costa, pela Profa. Maria Dalva Pereira de Souza — SESu/MEC.

Vale ressaltar que as presentes alterações prejudicaram a participação dos dois Ministérios na Comissão principalmente para o MPAS/INAMPS que esteve ausente, nas reuniões do primeiro semestre.

-ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Proposta Preliminar de Trabalho elaborado pela Comissão em sua primeira reunião abrangendo os seguintes itens:

- *Estudo da situação das Escolas de Enfermagem*
- *Situação do Corpo Docente*
- *Avaliação do Corpo Discente*
- *Estudo do Currículo de Graduação*
- *Estudo da Articulação da Graduação com a Pós-Graduação e o Ensino de 1ª e 2ª*

Graus

- *Avaliação da situação dos estágios supervisionados e dos campos de Prática*
- *Estudo do Plano Curricular da formação de enfermeiro*
- *Estudo do campo da profissão de enfermagem*

Tal proposta foi encaminhada ao Sr. Subsecretário da Educação Superior, após a instalação da Comissão (anexo I).

2. Comunicação às Escolas de Enfermagem, Instituições de Saúde e Entidades de Classe, do seguinte:

- *Instalação da Comissão de Especialistas de Ensino de Enfermagem /SESu/MEC;*
- *Proposta preliminar de trabalho da CEEEnf, com a solicitação de sugestões;*
- *Plano de ação para o biênio 1986/1987.*

3. Plano de Ação 1986/1987

A Comissão elaborou um plano de ação para ser executado no biênio acima citado, com a finalidade de favorecer o desenvolvimento de suas funções de assessoria à SESu/MEC nas questões de ensino de enfermagem e de apoio ao Programa Nova Universidade.

O referido plano tem como base a proposta preliminar de trabalho e como expectativa o desenvolvimento de ações, não apenas a nível central, mas regionalizadas em Pólos de Estudos de Enfermagem (anexo II).

4. Estratégias de Estudo da Situação dos Cursos de Graduação de Enfermagem:

4.1. Planejamento de 4 seminários e 1 a nível nacional, com a finalidade de discutir a adequação do currículo do curso de Enfermagem e a problemática do ensino prático e do estágio curricular.

4.1.1. Realização do Seminário de Ensino Superior de Enfermagem Norte/Nordeste, em Recife, no período de 24 a 26 de setembro último. O evento contou com a participação de docentes de enfermagem, de enfermeiros do INAMPS de todos os Estados do Norte e Nordeste, apoiados financeiramente pelas respectivas Superintendências, de enfermeiros das Secretarias de Saúde das Regiões, de representantes dos órgãos de classe da Enfermagem e de alunos dos cursos de Enfermagem das duas Regiões, somando um total de 132 participantes. Ressalte-se a representação dos 27 cursos de Enfermagem do Norte e Nordeste, no referido evento.

O Seminário recebeu ajuda financeira da SESu e do Programa de Apoio Pedagógico aos Profissionais da Saúde PAPPs e contou com o apoio da Associação Brasileira de Enfermagem, da Universidade Federal de Pernambuco e da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco.

4.2. *Projeto de Estudos da Situação dos Cursos de Graduação de Enfermagem no Brasil - período: 1976/1985.*

O Projeto visa dar continuidade ao estudo do Desenvolvimento do Ensino Superior de Enfermagem no Brasil, realizado pelo MEC/DAU em 1975, atualizando o cadastro das Escolas de Enfermagem e analisando os aspectos básicos referentes à estrutura e funcionamento dos cursos de Enfermagem (anexo III).

5. *Avaliação de Projetos vinculados ao Programa Nova Universidade.*

Durante o exercício de 1986, a Comissão analisou 24 Projetos do Programa Nova Universidade, assim discriminados:

1ª etapa — 12 projetos: 8 recomendados
1 encaminhado ao CNPq 1
encaminhado à CAPES 1
recomendado para a 2ª etapa 1
não recomendado

2ª etapa — 12 projetos: 11 recomendados
01 não recomendado (anexo IV)

6. *Comitê de Ensino de Graduação em Enfermagem — XXXVIII Congresso Brasileiro de Enfermagem — 24/1 U/86.*

A Coordenadora da CEEenf, a convite da Associação Brasileira de Enfermagem, fez uma exposição sobre a finalidade e o Plano de Ação da Comissão, debatido como tema oficial do Comitê que contou com a participação de coordenadores de cursos de Enfermagem de todo País. Outrossim, vale ressaltar que o referido comitê foi coordenado por um dos integrantes da CEEenf.

7. *Reuniões de Coordenadores de Comissões de Especialistas da SESu/MEC*

A referida reunião, realizada em outubro, foi presidida pelo Sr. Subsecretário de Política da Educação Superior, Prof. Rui Vieira, e tratou de assuntos relacionados com avaliação de IES.

- CONCLUSÕES

A Comissão, no desenvolvimento de seu trabalho, promoveu o envolvimento de docentes de Enfermagem, de enfermeiros das instituições de saúde e de alunos de cursos de Enfer-

magem do País, em suas principais atividades.

Teve como diretrizes básicas a procura do conhecimento da situação do ensino da graduação em Enfermagem no País, com vistas a uma reorientação do mesmo, e, como não poderia deixar de ser, o apoio ao Programa Nova Universidade.

A CEEEnf concluiu que foi cumprido o que estava estabelecido para o ano de 1986, em seu Plano de Ação, e solicita à SESu o apoio necessário ao desenvolvimento das "Estratégias de Estudo da Situação dos Cursos de Graduação de Enfermagem" com a realização do "Projeto de Estudo da Situação dos Cursos de Graduação de Enfermagem no Brasil - Período: 1976/1985", bem como a realização dos seguintes Seminários sobre o ensino superior de Enfermagem:

- Região Centro-Oeste — Goiânia — 25 a 27/03/86*
- Região Sul - Curitiba - 27 a 29/05/87*
- Região Sudeste - São Paulo - 09 a 11/09/87*
- Nacional - Rio de Janeiro - 27 a 30/10/87*

8-ENGENHARIA

A Comissão de Especialistas de Engenharia (CEEng), instituída pelas Portarias Ministeriais nº 807/85 e 982/85, foi instalada no Gabinete do Ministro no dia 24/10/85, sendo realizada, na ocasião, a 1ª Reunião e eleito seu Coordenador, professor Paulo Alcântara Gomes, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia (ABENGE).

Em 1986, foram realizadas 05 reuniões da CEEng, tendo sido desenvolvidas as seguintes atividades:

- Elaboração do Projeto de Apoio ao Ensino de Engenharia (PROENGE), integrante do Programa Nova Universidade (PNU), com os seguintes objetivos gerais:*

—promover a modernização do ensino de graduação em Engenharia;

—sensibilizar os vários segmentos do setor produtivo, visando à participação dos mesmos no processo de aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem em Engenharia.

- Análise de 317 projetos encaminhados à 1ª fase do PROENGE/PNU, sendo recomendados, em 1ª prioridade, 118 projetos, dos quais 100 de IES federais e 18 de IES não federais, totalizando uma concessão de Cz\$ 7.500.000,00, dos quais Cz\$ 6.000.000,00 para IES federais e 1.500.000,00 para IES não federais, repre-*

sentando um atendimento aproximado de 2,6% do total solicitado e 21,6% do total recomendado.

- Análise de 223 projetos encaminhados à 2ª fase do PROENGE/PNU, sendo recomendados, em 1ª prioridade, 114 projetos, dos quais 85 de IES federais e 29 de IES não federais, totalizando uma concessão de Cz\$ 23.300.000,00 dos quais Cz\$ 18.600.000,00 para IES federais e Cz\$ 4.700.000,00 para as IES não federais, representando um atendimento aproximado de 8% do total solicitado e 80% do total recomendado.

De um modo geral, observou-se que os projetos encaminhados ao PROENGE previam, preponderantemente, recursos para aquisição de equipamentos de laboratórios e, de forma pouca expressiva, para capacitação docente, melhoria de técnicas de ensino e aprendizagem e avaliação do ensino ministrado.

A CEEng efetuou, também, a avaliação do PROENGE e estabeleceu os procedimentos e a metodologia para avaliação dos cursos de graduação em Engenharia, subdivididos em:

- sugestões sobre como elaborar a avaliação; e
- caracterização desejável do perfil profissional previsto para próxima década nas várias habilitações de Engenharia.

Ainda foram desenvolvidas as seguintes atividades pela Secretaria Executiva da CEEng:

- Levantamento de Dados para atualização da publicação "Instituições de Ensino de Engenharia e Tecnologia"
- Levantamento da bibliografia adotada pelos docentes de Engenharia para atualização da publicação "Curso de Engenharia Bibliográfica" — V1 - N2.
- Elaboração do Currículo Básico para o curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, através de reuniões com representantes de entidades de classe, instituições de ensino de Engenharia e Agronomia, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), Ministério do Trabalho e profissionais atuantes na área. O referido Currículo Básico foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), através do Parecer nº 19/87, de 17/01/87;
- Proposta de caracterização da habilitação Engenharia Têxtil, encaminhada ao CFE para deliberação.

9 - ENSINO MÉDICO

Durante o ano de 1986, a Comissão de Especialistas do Ensino Médico cumpriu a seguinte agenda:

22/01/86

Ordinária/BSB

- *Instalação da Comissão pelo Sr. Ministro.*
- *Eleição do Coordenador e traçadas linhas gerais de ação.*

11/12/03/86

Ordinária/BSB

- *Discussão da linha de ação da CEEM na gestão 86/87.*
- *Estratégias de articulação da comissão com as Escolas Médicas.*
- *Análise da proposta da ABEM — reunião conjunta — ABEM, KELLOG e CEEM sobre a formação do médico geral.*
- *Proposta de estudos sobre internato, após implantação da Resolução nº 09.*

22/23/04/86

Extraordinária/BSB

- *Alterada pauta em função da análise dos Projetos do Programa Nova Universidade.*

27/28/05/86

Ordinária/BSB

- *Discussão inicial sobre o documento básico do ensino médico — tendo como base versão preliminar — elaborada partindo de subsídios do grupo.*
- *Análise de estratégias da coleta de dados sobre o internato.*
- *Análise de instrumentos de avaliação de Escolas Médicas.*
- *Discussões adicionais sobre a reunião KELLOG/ABEM/CEEM sobre a formação do médico geral.*
- *Respostas a consultas à CEEM.*

19/20/08/86

Ordinária/BSB

- *Análise dos projetos do Programa Nova Universidade (2ª fase).*
- *Presença do INAMPS na pessoa do Dr. Paranaguá para esclarecer à Comissão o que vem sendo feito naquele órgão sobre o INTERNATO, já que absorve 10% do total no País e as suas distorções, comparadas com a Resolução nº 09, de conhecimento da Comissão.*
- *Análise da proposta do CFE — sugestão de trabalho conjunto com a CEEM.*

- Comunicação da Coordenação da Comissão Verificadora do curso de Medicina da UFMT — como membros da CEEM.
- Resposta a consultas à CEEM.

15/16/09/86

Ordinária/RIO

- Posse ao Dr. Borges
- Análise do Coordenador sobre o resultado do Seminário Kellog/ ABEM/CEEM sobre a preparação do Médico Geral.
- informes sobre a plenária da ABEM em Florianópolis, quando ocorrerá a próxima reunião da Comissão.
- Informes do representante da SESu sobre o andamento da divulgação do documento n? 06 distribuído aos participantes das reuniões das AIS.
- Traçou-se cronograma de reuniões regionais — evoluindo-se para uma única nacional em Brasília, cuja organização ficaria sob a responsabilidade da ABEM e SESu (AECS).
- A representante da ABEM resumiu os estudos sobre internato ainda incompleto por falta de informações e destacou:

— Não cumprimento da Portaria

- a) Desinformação
- b) Alegada impossibilidade de cumpri-la
- c) Discordância de seu conteúdo

— Solicitação de modificações

- a) Sobre frequência
- b) Rodízio
- c) Aperfeiçoamento da resolução

Nota-se tendência à ampliação do tempo internato. Significa aumento de carga horária, mas não representa por si só em melhoria do ensino.

— Dr. Cícero Adolpho da Silva e Dr. João José Cândido da Silva relataram os resultados da reunião sobre Residência Médica. (Presentes Dr. Edson, Dr. Cícero, Dr. Cândido). CAPES não recebe a CNRM como está. Só após reformulação, que deverá ser negociada no bojo da Reformulação do Ensino Superior — GERES.

— Informação do Coordenador dos trabalhos da nova subsecretária que se responsabilizará pela avaliação dos cursos de graduação, baseando-se em subsidios das Comissões.

— Respostas a consultas feitas à CEEM.

28/29/10/86

Ordinária/Florianópolis — Posse Dr. Aloysio Alves

— Apresentação convidados

a) Prof. Rui Vieira — Subsecretário da SESu

b) Dr. Virgínio Tosta — Conselheiro do CFE

cj Dr. Pablo Palido — Diretor Executivo da FEPAFEN — Federação
Panamericana de Asociaciones de Faculdades de Medicina

— Exposição inicial de Dr. Rui Vieira do trabalho que pretende desenvolver na
SESu, fixando-se na questão da avaliação dos cursos de graduação e o que
pretende das Comissões.

— Dr. Pablo traçou um perfil da FEPAFEN, seus objetivos e em que pode
auxiliar o projeto ora em Desenvolvimento no Brasil.

— Dr. Virgínio expôs os motivos de sua indicação e como e porque o CFE
pretende trabalhar com a CEEM.

— Ura. Alice atualizou informações sobre o andamento do levanta-
mento de dados e estudos sobre internato.

— Debateu-se o assunto.

— As respostas às consultas feitas à CEEM e o plano de trabalho de 1987
ficaram para ser tratados em uma reunião ainda este ano em dezembro.

15/16/12/86

Ordinária/RIO

- Debates, análise crítica do documento sobre internato — dados do
novo levantamento (o 1º fora realizado em 1982).

— Estratégias de como atuar junto às Escolas neste sentido.

— Plano de trabalho de 1987.

— Respostas a Consultas feitas à CEEM.

10 - INFORMÁTICA

A Comissão de Especialistas de Informática foi instalada, em 23 de abril de 1986, em
solenidade, na Sala de Cristal do Gabinete do Ministro da Educação.

Foram realizadas cinco reuniões ordinárias da Comissão, em Brasília, e uma reunião
extraordinária em Recife, de acordo com o cronograma a seguir:

Reuniões Ordinárias	Períodos
1ª	22 a 26 de abril
2ª	17 a 19 de junho
3ª	11 a 14 de agosto
4ª	16 a 19 de setembro
5ª	06 a 07 de novembro

As ações mais relevantes ocorridas durante o ano em curso foram:

- *Análise dos Projetos enviados pelas IES do Projeto MICROS, 1ª e 2ª fases;*
- *Elaboração de um Plano de Trabalho para 1986;*
- *Análise de Planos Diretores de Informática das Universidades que já os enviaram;*
- *Planejamento do 19 Seminário de Informática;*
- *Participação em Reuniões do PROINF;*
- *Participação de Reunião com os Coordenadores de cursos de Informática durante o encontro promovido pela Sociedade Brasileira de Computação — SBC;*
- *Proposta de um Programa Emergencial de Apoio aos Cursos de Graduação em Informática com o objetivo de melhorar o nível de qualidade dos cursos;*
- *Proposta de um Programa de Infra-estrutura de Informática da IES, visando à recomposição das infra-estruturas computacionais das mesmas, que se encontram em precárias condições.*

11 -ODONTOLOGIA

A Comissão de Especialistas de Odontologia, designada pela Portaria Ministerial nº 773/85, foi instalada no Gabinete do Ministro no dia 05/12/85 e, no mesmo dia, em dependência da SESu, realizou a 1ª Reunião com a presença de todos os seus componentes, sendo aclamado seu Coordenador, professor EDRIZIO BARBOSA PINTO, e Secretário, professor AYRTON DE TOLEDO.

Providências sobre denúncias de irregularidades em alguns cursos e faculdades de Odontologia foram tomadas, bem como foi decidida a tornada de posição no sentido de, recorrendo a autoridades competentes, ser pleiteada a não criação de novos cursos de Odontologia, por um período de, no mínimo, dois anos. Dessa forma, o professor FERNANDO DE SOUZA LAPA, como Presidente do CFO e membro da CEO, dirigiu ofício ao Presidente da República, Ministro da Educação e de outras pastas, fazendo apelo. Obteve êxito tal iniciativa da CEO, pois, em 19/11/86, foi criado o Decreto nº 96.594/86 que susta a criação de novos cursos superiores de graduação em todo o território nacional até 31 de dezembro de 1987 e dá outras providências.

O plano de atividade foi estabelecido, tendo como base os seguintes projetos: 1) Estudo sobre a força de trabalho na Odontologia; 2) Levantamento dos cursos de Odontologia no Brasil, objetivando natureza, forma, qualidade e quantidade, 3) Seminários regionais para discussão e avaliação da Política da Saúde; 4) Fomentar e estabelecer critérios para a formação do pessoal docente em Odontologia; 5) Estimular a melhoria das condições de acessibilidade e eficácia das bibliotecas dos cursos de Odontologia.

Foi comunicada ao Secretário da Educação Superior a criação do PRODONTO — Programa Nacional de Desenvolvimento do Ensino de Odontologia. Esse programa foi aprovado e será futuramente desenvolvido, tão logo disponha de recursos financeiros.

Contando apenas com o decidido apoio e compreensão dos dirigentes da Secretaria da Educação Superior, a Comissão, mesmo sem dispor de recursos financeiros, trabalhou intensivamente para desenvolver os projetos a que se propôs realizar, tendo, para isso, mantido contato com autoridades do MEC (PNU, PARU, SEINF) do IBGE, da SEPLAN e de outros órgãos oficiais.

Está em adiantada fase de preparo o Anteprojeto de Avaliação do Ensino de Odontologia. A política da Saúde Bucal, também como parte dos projetos em elaboração, tem sido objeto de estudos, contando com apoio da SESu e com receptividade na Área da Saúde Integrada. É de prever-se que, no próximo ano de 1987, a Comissão de Especialistas de Odontologia, conseguindo disponibilidade de recursos orçamentários, possa dar início às ações dos projetos que, decididamente, tem procurado implementar.

Foram realizadas 05 reuniões (abril, julho, agosto, outubro e novembro)